

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Ciências Econômicas

Rodrigo Maicon de Assis Silva

**OS FUNDAMENTOS DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA:
entendendo as formas mercadoria, dinheiro e capital no pensamento de Marx**

Belo Horizonte

2023

Rodrigo Maicon de Assis Silva

**OS FUNDAMENTOS DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA: entendendo as
formas mercadoria, dinheiro e capital no pensamento de Marx**

Projeto apresentado no Programa Institucional de Iniciação Científica, no curso de bacharelado em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Número do Projeto: 2022/27998

Orientador: Prof. Dr. Édil Carvalho Guedes Filho

Natureza do Projeto: Projeto de Iniciação Científica na Área de Economia Política

Belo Horizonte

2023

RESUMO

Nosso trabalho buscou analisar partes selecionadas do Livro I da principal obra de Marx, “O Capital”, assim como o texto “Introdução [À Crítica da Economia Política]”, para identificar os fundamentos da crítica marxiana à economia política, além de compreender as categorias mercadoria, dinheiro e capital no pensamento do autor. Além disso, valemo-nos de alguns comentadores para melhor entendimento da obra e, no final do ciclo de pesquisa, pudemos desenvolver uma compreensão mais rigorosa das categorias mencionadas acima. Para entendermos a natureza das relações sociais do modo de produção capitalista, tratamos do caráter fetiche presente nas formas destas relações, que o estudo crítico daquelas categorias ajuda a revelar. Através de uma leitura diligente dos textos de Marx, constatamos a sua crítica à concepção do indivíduo presente na economia política – que faz parte da crítica de Marx ao método da economia política burguesa – e à falta de compreensão, por parte dela, do caráter sócio-histórico das relações econômicas e do caráter dialético dessas relações. Adiante, analisamos a categoria mercadoria e sua condição antitética, seu duplo modo de ser, como valor e valor de uso, além de seus desdobramentos desde a forma valor até se chegar à forma dinheiro. Vimos que o dinheiro atua como medida dos valores e meio de circulação, e analisamos o dinheiro como dinheiro em suas três formas: entesouramento, meio de pagamento e dinheiro mundial. Em seguida, começamos a examinar a concepção do capital em Marx, que se mostrou como um desenvolvimento da própria forma dinheiro, que passa a circular como capital e a atuar como um valor que se valoriza, ao promover uma série de processos. Já na última parte falamos sobre o caráter fetiche das formas das relações mercantis-capitalistas e sobre como suas determinações escondem o caráter social por trás da trama em que gira este modo de produção. No meio da relação de troca no mercado há sempre uma mercadoria, o dinheiro, que não nos permite ver as complexas relações sociais que se ocultam nos produtos do trabalho. Assim, o fetichismo é um fenômeno objetivo, é o fato de as relações na realidade não se mostrarem como fundamentalmente são, e se mostrarem – e acontecerem – como relações entre coisas.

Palavras-chave: Karl Marx. Fetichismo. Capital. Mercadoria. Teoria do Valor. Dinheiro.

ABSTRACT

Our work sought to analyze selected parts of Book I of Marx's main work, "Capital", as well as the text "Introduction [To the Critique of Political Economy]", to identify the foundations of the Marxian critique of political economy, in addition to understanding the categories merchandise, money and capital in the author's thought. In addition, we made use of some commentators to better understand the work and, at the end of the research cycle, we were able to develop a more rigorous understanding of the categories mentioned above. In order to understand the nature of the social relations of the capitalist mode of production, we deal with the fetish character present in the forms of these relations, which the critical study of those categories helps to reveal. Through a diligent reading of Marx's texts, we found his criticism of the conception of the individual present in political economy – which is part of Marx's criticism of the method of bourgeois political economy – and of its lack of understanding of the socio-economic character. -history of economic relations and the dialectic character of these relations. Further on, we analyze the commodity category and its antithetical condition, its double way of being, as value and use value, in addition to its developments from the value form to the money form. We have seen that money acts as a measure of values and a means of circulation, and we have analyzed money as money in its three forms: hoarding, means of payment, and world money. Then, we began to examine Marx's conception of capital, which was shown to be a development of the money form itself, which starts to circulate as capital and to act as a value that is valued, by promoting a series of processes. In the last part, we talked about the fetish character of the forms of mercantile-capitalist relations and how their determinations hide the social character behind the fabric in which this mode of production revolves. In the middle of the exchange relationship in the market there is always a commodity, money, which does not allow us to see the complex social relations that are hidden in the products of work. Thus, fetishism is an objective phenomenon, it is the fact that relations in reality do not show themselves as they fundamentally are, and show themselves – and happen – as relations between things

Keywords: Karl Marx. Fetishism. Capital. Commodity. Theory of Value. Money.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA	9
2.1	O OBJETO DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA	9
2.2	PRODUÇÃO	10
2.3	O MÉTODO DA ECONOMIA POLÍTICA.....	14
3	MERCADORIA, DINHEIRO E CAPITAL	16
3.1	A MERCADORIA.....	16
3.1.1	<i>Valor de uso</i>	18
3.1.2	<i>Valor de troca</i>	19
3.1.3	<i>Valor</i>	22
3.1.4	<i>O duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias</i>	23
3.1.5	<i>A forma valor [Wertform] ou o valor de troca</i>	25
3.1.5.1	Forma I – Forma simples do valor	25
3.1.5.2	Forma II – Forma de valor total ou desdobrada.....	28
3.1.5.3	Forma III – Forma geral do valor	29
3.1.5.4	Forma IV – A forma-dinheiro.....	30
4	O DINHEIRO OU A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS	32
4.1	MEDIDA DOS VALORES	32
4.2	O MEIO DE CIRCULAÇÃO	34
4.3	O DINHEIRO COMO DINHEIRO	37
4.4	ENTESOURAMENTO	37
4.5	MEIO DE PAGAMENTO.....	38
4.6	DINHEIRO MUNDIAL	39
5	O CAPITAL.....	41
5.1	A TRANSFORMAÇÃO DO DINHEIRO EM CAPITAL	41
5.2	A CONTRADIÇÕES DA FÓRMULA GERAL	44
5.3	FORÇA DE TRABALHO	46
6	FETICHISMO.....	50
6.1	O FETICHISMO DA MERCADORIA	50
6.2	FETICHISMO DO DINHEIRO.....	54
6.3	O FETICHISMO DO CAPITAL.....	59
7	CONCLUSÃO	67
8	REFERÊNCIAS:.....	69

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto pretende se debruçar sobre a principal obra de Karl Marx, “O Capital”, assim como em seu manuscrito intitulado “Introdução [À Crítica da Economia Política]” e alguns comentadores da obra para melhor entendermos as críticas de Marx a economia política e também as categorias: mercadoria, dinheiro e capital. Assim como também o caráter fetiche de cada uma dessas categorias.

Em sua obra “Contribuição para a crítica da economia política” de 1859, que é precursora do trabalho desenvolvido em sua obra máxima, “O Capital”. Marx já nos mostra um pouco da sua visão sobre a mercadoria e o dinheiro, esses que são temas centrais em nosso projeto. Porém são temas que serão lapidados e encontrarão o seu desenvolvimento mais maduro em “O Capital”. Na edição brasileira de 2008 da obra, Florestan Fernandes que é autor da introdução da obra escreve o seguinte:

Tanto “Contribuição para a crítica da economia política” quanto “O capital” nasceram da necessidade que Marx sentiu de dar bases teóricas mais sólidas ao programa político estabelecido em o “Manifesto Comunista”. E o próprio Marx, no prólogo da primeira edição de O capital, apresenta o primeiro volume deste trabalho como continuação da Contribuição à crítica da Economia Política. Há, decerto, diferenças importantes no desenvolvimento de certas questões nas duas obras, tornando-as de fato mutuamente complementares”. (FERNANDES, 2008, p. 20)

A obra de Marx sempre se definiu, nominal e reiteradamente, como um empreendimento crítico em relação à economia política, como nos revelam o título e o subtítulo destas duas obras maduras sobre a realidade econômica que publicou em vida. Durante nosso percurso no projeto veremos que Marx começa sua crítica pelo indivíduo na visão da economia política, que segundo André Augusto:

O autor observa que a Economia Política toma como ponto de partida o indivíduo isolado e sem determinações sociais, o indivíduo tal como é supostamente posto pela natureza, representado na imagem de Robinson Crusóe em sua ilha. Trata-se aqui de

uma referência ao romance Robinson Crusoe, de Daniel Defoe, cuja primeira edição data de 1719. (AUGUSTO, 2016, p. 302)

Veremos também como Marx critica o método adotado pela economia política. Ao escrever sobre o método da economia política, Marx (2008) sugere que “o mais sensato, aparentemente, seria começar a análise pela população, que é a base e sujeito de todo o ato social da produção. Todavia, bem analisado, esse método seria falso”. Para Marx, a população seria uma abstração se deixássemos de lado as classes que a compõem. Estas classes, por sua vez, tornar-se-iam uma palavra sem sentido, se ignorarmos os elementos que a integram, como por exemplo: o capital e o trabalho assalariado.

Marx vai dizer que:

Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegado a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas. (MARX, 2008, p. 258).

É possível ver ainda como Marx critica a postura da economia política de tentar encontrar leis naturais do capitalismo, como se esse *modo* de produção fosse naturalmente legitimado pela natureza das coisas e pela própria história.

Os economistas têm procedimentos singulares. Para eles, só existem duas espécies de instituições, as artificiais e as naturais. As instituições da feudalidade são artificiais, as da burguesia são naturais. Nisto, eles se parecem aos teólogos, que também estabelecem dois tipos de religião: a sua é a emanção de Deus, as outras são invenções do homem. Dizendo que as relações atuais – as relações da produção burguesa – são naturais, os economistas dão a entender que é nestas relações que a riqueza se cria e as forças produtivas se desenvolvem segundo as leis da natureza. Portanto, estas relações são, elas mesmas, leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem sempre reger a sociedade. Assim, houve história, mas já não há mais (MARX, 1989; apud AUGUSTO, 2016)

Adiante vamos analisar as categorias propostas no título do projeto e ver como todas se

conectam e acabam se explicando mutuamente. Da mercadoria Marx começa dizendo:

“A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria” (MARX, 2013, p. 97).

Para Anne Steckner et al (2016) Marx indica nessa frase quais sociedades pretende examinar, isto é, qual é o objeto de sua investigação. Nesse caso é a própria sociedade capitalista, além disso nesse trecho é possível notar de acordo com Steckner et al que:

Conceitos como "riqueza", "aparece" e "forma elementar" podem ser interpretados de modos diferentes. Por exemplo, a palavra "aparece" pode ser interpretada como "surge como" ou "assume a aparência de". Isso suscita questões que ainda não podem ser solucionadas, mas a primeira frase já mostra como Marx deve ser lido: o significado de muitos de seus termos difere do uso cotidiano. Marx também declara aqui a razão pela qual inicia sua análise com a mercadoria. Com relação à questão sobre se teria havido mercadorias antes do capitalismo, as proporções de equiparação das mercadorias são válidas porque são pressupostas certas relações sociais. Mesmo se nem tudo que é produzido é mercadoria, no capitalismo a maioria dos produtos assume a forma de mercadoria. Isso significa que a mercadoria é a forma dominante por meio da qual as pessoas estabelecem relações. (STECKNER et al, 2016, p. 33)

Já sobre o dinheiro veremos que assume diversas funções e formas até se tornar o dinheiro como conhecemos hoje, que é o dinheiro como signo do valor. Segundo Steckner et al (2016) Marx examina as funções do dinheiro através da circulação de mercadorias. Nessa parte veremos também o conceito de preço e a forma na qual ele se dá, já vale mencionar aqui que preço e valor são grandezas diferentes quando se trata da mercadoria.

Ademais, o dinheiro para Marx, segundo Oliveira (1990) nada mais é do que o desenvolvimento da forma mercadoria. A transição do dinheiro como mercadoria ocorre quando uma mercadoria passa a ter o monopólio socialmente aceito de equivalente geral. Sendo assim, dinheiro é, portanto, a mercadoria que, por força do mundo das mercadorias, detém, com exclusividade, a função de equivalente geral. Historicamente o ouro cumpre essa função.

Logo em seguida analisamos nossa última categoria, o próprio capital. Veremos como ele surge, observamos que se dá como uma evolução do dinheiro e ainda vamos averiguar se o fenômeno do capital acontece na esfera da circulação de mercadorias ou na esfera de produção

das mesmas, através da fórmula geral M – D – M, ou mercadoria – dinheiro – mercadoria, iremos destrinchar todo o processo até concluir que capital é valor que se valoriza

Para nosso último capítulo dedicamos nosso estudo ao caráter fetiche e como ele aparece em cada uma das categorias anteriormente estudadas, notaremos que o fetiche é um fenômeno em que elas se revelam como relações sociais coisificadas (que têm a forma de coisas), mas ainda assim como relações sociais – e que assim elas configuram um modo de produção da vida material. Vamos chegar à conclusão de que o que existe de misterioso na mercadoria segundo Marx é o simples fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho. Veremos como o dinheiro por natureza parece ele próprio ser valor e de como o fetiche do capital acaba subjugando tudo e todos ao seu redor com sua lógica de autovalorização.

2 CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

2.1 O objeto da crítica da economia política

O objeto da crítica de Marx à economia política, em última instância, é a própria realidade econômica, ou seja, é aquilo que podemos entender como o conjunto da produção da vida material, que para Marx tem uma forma social envolvida, sempre se configurando socialmente de algum modo.

Desta forma, Marx concentra-se no caráter social da produção, deixando de lado o que ele vai chamar de “robinsonadas” da economia política, ou seja, o indivíduo produzindo isoladamente, que é de onde a economia política parte. Um ponto de partida associal, do suposto homem natural, como se ele já fosse posto assim pela própria natureza.

A crítica de Marx também se refere aos pensadores contratualistas, como John Locke, que teria inspirado a obra de Daniel Defoe - “Robinson Crusóé”, e a Jean-Jacques Rousseau que teria sido inspirado pela obra de Defoe, por essa visão do caráter “natural” do homem. Marx diz que, à primeira vista, esta imagem que oferecem parece um retorno às origens, mas que de fato não é um retorno, e sim uma preconização da sociedade burguesa.

Além disso, para Marx esse *indivíduo* da sociedade burguesa é muito mais um produto histórico, decorrendo assim do processo de formação dessa sociedade. Sendo assim, o indivíduo não é o ponto de partida da vida social como um todo, pois ele só pode atuar como indivíduo, desse modo, naquela sociedade em específico.

Por fim, ao examinar o modo de produção, Marx conclui que os economistas chegam a características comuns a todos os tipos de modos de produção da vida material; porém, tirar disso que existe uma economia desnuda, sem uma forma histórica, e assim *universal* em suas relações básicas, é bastante equivocado.

2.2 Produção

O objeto do estudo de Marx é, em primeiro lugar, a produção material. A economia lida com esta questão: como podemos resolver o problema de nossa existência material? Esta resposta não está dada pela natureza. Dessa forma, a produção *socialmente determinada* dos indivíduos, portanto, em certo contexto histórico, é o ponto de partida.

Marx vai dizer que: “O caçador e o pescador, individuais e isolados, dos quais partem Adam Smith e David Ricardo, pertencem às pobres ficções das robinsonadas do século XVIII.” (MARX, 1974, p. 109).

Marx nota que esse modo de representação do ser humano não se trata de uma simples reação contra “os excessos de requinte e um retorno mal compreendido a uma vida natural.” (MARX, 1974, p. 109). Ou seja, os economistas realmente veem esse indivíduo isolado como ponto de partida da História, e nas palavras de Marx “o consideravam como um indivíduo conforme à natureza.” (MARX, 1974, p. 109). Assim sendo, o indivíduo, para eles, não foi desenvolvido historicamente, mas sim posto pela natureza.

Marx então vai criticar o contratualista Rousseau, ao dizer que seu contrato social parte do mesmo pressuposto do indivíduo isolado, mas que isso é apenas o que aparenta ser:

Da mesma maneira que o *contrat social* de Rousseau, que pelo contrato põe em relação e conexão sujeitos por natureza independentes, não está fundado em tal naturalismo. Essa é a aparência, apenas a aparência estética das pequenas e grandes robinsonadas. (MARX, 1974, p. 109).

Marx então averigua que, na verdade, não se trata de um retorno, mas uma antecipação, uma antecipação da sociedade burguesa: “Trata-se, ao contrário, da antecipação da ‘sociedade burguesa’, que se preparou desde o século XVI e que, no século XVIII, deu largos passos para sua maturidade.” (MARX, 1974, p. 109).

Mas então, de que forma o indivíduo aparece neste tipo de sociedade? Marx responde: “Nesta sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais que,

em épocas históricas remotas, fizeram dele um acessório de um conglomerado humano limitado e determinado.” (MARX, 1974, p. 109).

Assim sendo, podemos observar que, quanto mais se volta no tempo, menos o indivíduo aparece, não há espaço para essa individualidade em sociedades mais tradicionais e primitivas, muito menos considerada o ponto de partida e a finalidade das relações com os outros. Mas vale ressaltar que a crítica de Marx é ao indivíduo da sociedade burguesa, como se ele fosse o ponto de partida da vida social, o que não é verdade para Marx, para ele o indivíduo é antes de tudo um produto da vida social.

Sendo assim, segundo (GUEDES, 2021a) o indivíduo isolado se faz ponto de partida das relações sociais no interior desta nova forma de vida social (burguesa). A crítica de Marx se mostra mais clara e enfática no seguinte trecho:

Aos profetas do século XVIII, sobre cujos ombros Smith e Ricardo ainda se apoiam inteiramente, tal indivíduo do século XVIII — produto, por um lado da dissolução das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças produtivas desenvolvidas desde o século XVI — aparece como um ideal cuja existência estaria no passado. Não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história, visto que o indivíduo natural, conforme a representação que eles têm da natureza humana, não se origina na história, mas é posto pela natureza. (MARX, 1974, p. 109).

Dessa forma, o indivíduo não pode ser o ponto de partida da história, visto que quanto mais voltamos nela, mais o indivíduo desaparece. Marx vai nos responder então que:

Quanto mais fundo voltamos na história, mais o indivíduo, e por isso também o indivíduo que produz, aparece como dependente, como membro de um todo maior. De início, e de maneira totalmente natural, na família e na família ampliada em tribo; mais tarde, nas diversas formas de comunidades resultantes do conflito e da fusão das tribos. (MARX, 1974, p. 110).

Ou seja, nas civilizações primitivas o indivíduo aparece cada vez mais dependente do grupo, do todo social em que está inserido, podemos averiguar isso olhando para a forma da propriedade, que nem sempre foi privada, seu início era de uma propriedade comunal, onde os indivíduos produziam coletivamente, assim como os meios de produção também eram socializados.

Inclusive, Marx ressalta que: “Todavia, a época que produz este ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (e, deste ponto de vista, gerais) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento.” (MARX, 1974, p. 110).

Segundo (GUEDES, 2021a), a sociedade burguesa é assombrosamente engenhosa e complexa na sua articulação e modo de funcionamento. Ela faz por exemplo, de todo o trabalho uma grande força coletiva, como foi a divisão do trabalho, observada por Smith. É tão engenhosa que foi capaz de desenvolver em seu interior o indivíduo como ponto de partida de suas relações.

Ademais, para Marx o ser humano é um *zoon politikon*, ou seja, um animal social, mas para além de ser apenas animal social, o ser humano é um animal que só pode isolar-se em sociedade.

Para (MARX, 1974, p. 110), a produção do indivíduo fora da sociedade é uma raridade, e mesmo assim, o homem levaria consigo as capacidades adquiridas em sociedade. Além disso, Marx critica autores como Bastiat, Carey e Proudhon, que deduzem a origem de uma relação econômica ignorando a sua gênese histórica. Desse modo fica aparente que as ideias desses autores são ideias prontas, que já surgiram de modo acabado prontas para serem postas em uso. Isso seria então nada mais que o *locus communis* (lugar-comum) disfarçado, segundo a contundente expressão do próprio Marx.

Ao tratar da produção Marx diz, “trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais.” (MARX, 1974, p. 110). No limite, em seu tema, Marx trata de uma determinada época histórica, no caso a da produção burguesa de sua época.

Marx reflete o seguinte: “Desse modo, poderia parecer que, para poder falar em produção em geral, deveríamos seja seguir o processo histórico de desenvolvimento em suas distintas fases.” (MARX, 1974, p. 110). Dessa maneira, analisando descritivamente cada modo de produção na linha do tempo.

Ou, por outro lado, a escolha poderia ser esta: “Declarar por antecipação que consideramos uma determinada época histórica, por exemplo, a moderna produção burguesa, que é de fato o nosso verdadeiro tema”. Ou seja, analisando especificamente um tipo de modo de produção, em uma sociedade determinada.

Mas decerto, Marx vai dizer que não há apenas essas duas possibilidades, pois, embora seja uma abstração, a “produção em geral” não é uma abstração sem sentido. Há elementos comuns aos diversos tempos históricos e épocas de produção do modo de vida material.

Todas as épocas da produção têm certas características em comum, determinações em comum. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição. Entretanto, esse Universal, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações. Algumas determinações pertencem a todas as épocas; outras são comuns apenas a algumas. (MARX, 1974, p. 110).

Existem então, certas determinações que são invariantes históricos que se veem como universal da produção da vida material. Por um lado, “nenhuma produção seria concebível sem elas” (MARX, 1974, p. 111). Mas isto só se poder ver, como exemplifica Marx, por meio de comparações, como é o caso da linguagem, línguas mais e menos desenvolvidas. O que as distingue “a diferença desse universal e comum é precisamente o que constitui seu desenvolvimento”. Temos que dar devida importância as diferenças e as igualdades, pois, a diferença é tão essencial quanto a igualdade.

Dessa forma, Marx vai dizer então que:

As determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se esqueça a diferença essencial por causa da unidade, a qual decorre já do fato de que o sujeito — a humanidade — e o objeto — a natureza — são os mesmos. (MARX, 1974, p. 111)

Os economistas burgueses incorrem no erro de misturar o universal com o particular, tomando o particular como se fosse universal, isso pode acarretar no erro, proposital ou não, de defenderem interesses de um grupo ou classe em específico, com o argumento de ser um fundamento da vida econômica universal de qualquer época.

Vai então Marx recorrer à sua fina ironia: “Esse esquecimento é responsável por toda a sabedoria dos economistas modernos que pretendem provar a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes no seu tempo”. (MARX, 1974, p. 111).

Exemplificando, Marx objetiva, novamente com firmeza e ironia:

Nenhuma produção é possível sem um instrumento de produção, mesmo sendo este instrumento apenas a mão. Nenhuma produção é possível sem trabalho passado, acumulado, mesmo sendo este trabalho apenas a destreza acumulada e concentrada na mão do selvagem pelo exercício repetido. O capital, entre outras coisas, é também instrumento de produção, também trabalho passado, objetivado. Logo, o capital é uma relação natural, universal e eterna: quer dizer, quando deixo de fora justamente o

específico, o que faz do “instrumento de produção”, do “trabalho acumulado”, capital. Por essa razão, toda a história das relações de produção aparece em Carey, por exemplo, como uma maliciosa falsificação provocada pelos governos. (MARX, 1974, p. 111).

2.3 O método da economia política

Segundo DE PAULA (2010, p. 100-101), Marx faz um maior uso da filosofia nesse tópico sobre o método, utilizando-se da dialética.

Mais forte neste capítulo que nos anteriores é a presença da filosofia, isto é, da dialética, e sua necessária mobilização para a efetivação da crítica da economia política, que é, a um tempo, tanto crítica dos procedimentos empíricos dos economistas no tratamento dos temas econômicos quanto crítica do método, que informa e organiza a prática dos economistas. (DE PAULA, 2010, p.100-101)

Para Marx (1974, p. 122), a economia política é levada a começar sua análise pelo real e concreto, dessa forma começaria então pela população “que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo”.

Porém o mesmo Marx vai dizer que: “No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isto é falso. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem.” (MARX, 1974, p. 122).

Entretanto, ao ignorarmos os elementos que compõem as classes (o trabalho assalariado e o capital), essa se torna apenas uma expressão sem sentido.

Ainda segundo Marx (1974, p.122), os elementos que repousam sobre as classes, “supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc.”. Marx usa o capital como exemplo “O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc., não é nada.”.

Logo após, Marx nos expõe os métodos que compõem o pensamento da economia e o pensamento científico que é de fato o método correto de se analisar a vida social. De acordo com (OLIVEIRA, 2012):

Logo no início do primeiro parágrafo do texto *O Método da Economia Política*, Karl Marx transcreve dois modelos de métodos de pesquisa. O primeiro a ser descrito é o

método dos economistas ingleses do século XVIII; no segundo, Karl Marx faz a exposição de seu método – o método dialético. (OLIVEIRA,2012)

Sobre o primeiro método Marx vai apontar o seguinte:

O primeiro constitui o caminho que foi historicamente seguido pela nascente economia. Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados, etc; mas terminam sempre por descobrir, por meio da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. (MARX, 1974, p.122).

Sobre o método verdadeiramente científico Marx vai dizer que:

O último método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 1974, p. 122).

Sendo assim, somente os economistas do século XVIII e XIX é que vão começar a trilhar o caminho cientificamente correto, o que parte de acordo com DE PAULA (2010, p. 101), do simples “trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca — até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial” (apud MARX, 1972, p.21).

Esse seria o método certo, visto que “O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 1974, p. 122).

Do concreto Marx vai dizer: “Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação.” (MARX, 1974, p.122).

Do primeiro método ou caminho, aquele que foi seguido pelos economistas do séc. XVII, Marx vai concluir que: “No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento.” (MARX, 1974, p.122).

Para João Antonio de Paula:

Marx não buscou completar, retificar, glosar a economia política, mesmo reconhecendo seus avanços teóricos e metodológicos. Marx, como a economia política descobriu em seu itinerário, como Hegel estabeleceu em sua filosofia, também sabe que o caminho do conhecimento é o que leva do abstrato ao concreto, mas também deixou claro que sua visão sobre isso nem repetia a economia política nem ratificava Hegel. (DE PAULA, 2010, p.103).

Marx então colocou o seu caminho da seguinte forma:

As secções a adotar devem evidentemente ser as seguintes: 1.º as determinações abstratas gerais, que convêm portanto mais ou menos a todas as formas de sociedade, mas consideradas no sentido acima discutido; 2.º as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa e sobre as quais assentam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária. Os seus relacionamentos recíprocos. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre estas. A circulação. O sistema de crédito (privado); 3.º síntese da sociedade burguesa na forma do Estado. Considerado no seu relacionamento consigo próprio. As classes "improdutivas". Os impostos. A dívida pública. O crédito público. A população. As colônias. A imigração; 4.º relações internacionais de produção. A divisão internacional do trabalho. A troca internacional. A exportação e a importação. A cotação do câmbio; 5.º o mercado mundial e as crises. (MARX, 1974, p. 128-129).

3 Mercadoria, dinheiro e capital

3.1 A Mercadoria

A mercadoria é o primeiro assunto do qual Marx vai tratar em *O Capital*. Vale observar, de início, que o primeiro capítulo do Livro I, a ela dedicado, contém quatro seções, a saber:

1. Os dois fatores da mercadoria: valor de uso e valor (substância do valor, grandeza do valor).
2. O duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias.
3. A forma valor [*Wertform*] ou o valor de troca.
4. O caráter fetiche da mercadoria e seu segredo.

Todos são de extrema importância para entender a forma mercadoria. Nessa parte vamos dar atenção somente às três primeiras seções, porque pretendemos considerar a problemática

do fetichismo de modo mais abrangente logo à frente.

No primeiro trecho do capítulo I d'O Capital, Marx vai dizer o seguinte:

“A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria” (MARX, 2013, p. 97).

Dessa forma, Marx quer dizer que ele vai analisar uma forma histórica da riqueza, que possui características, princípios e leis, próprias da forma de produção capitalista; portanto, que não se aplicam às formas de sociedade que antecederam a capitalista.

Além disso, Marx com esse pequeno trecho, nos diz que essa riqueza aparece como uma “enorme coleção de mercadorias”: ela não é apenas uma enorme coleção, mas algo mais do que isso: uma assombrosa coleção de *mercadorias*.

Como escreveu o próprio Marx em outro momento, "(...) toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente (...)". (MARX, 2017, p. 1061). E veremos que a mercadoria não é apenas uma coisa, um objeto. É algo que, devidamente examinado, revelar-se-á muito mais do que isso.

Sendo assim, Marx parte da mercadoria em sua forma elementar que é individual, até essa enorme coleção de mercadorias. Com isso, Marx quer mostrar que o capitalismo é um modo de produção historicamente desenvolvido, sujeito a mudanças, cheio de muito mais complexas articulações do que aparenta.

Marx começa então a analisar a mercadoria, da forma em que ele aparece, da qual ninguém duvida ao analisar. Ele diz:

Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria. A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [*Lebensmittel*], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção. (MARX, 2013, p. 97).

Podemos dizer então, segundo (MACHADO, 2018) que a mercadoria é algo externo a

nós, um objeto ou coisa, não algo imanente ao ser humano em um primeiro momento. E também, ressalta Marx que, não faz diferença o modo como a mercadoria satisfaz a necessidade humana, se é uma máquina vendida a uma empresa para produzir outras mercadorias, ou se é algo de consumo imediato. Em qualquer desses casos, é um objeto que se apresenta como tendo determinada utilidade.

3.1.1 Valor de uso

Ao falar da mercadoria, Marx vai então falar do seu valor de uso, o qual percebemos imediatamente na mercadoria:

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condicionada pelas propriedades do corpo da mercadoria [*Warenkörper*], ela não existe sem esse corpo. Por isso, o próprio corpo da mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou um bem. Esse seu caráter não depende do fato de a apropriação de suas qualidades úteis custar muito ou pouco trabalho aos homens. Na consideração do valor de uso será sempre pressuposta sua determinidade [*Bestimmtheit*] quantitativa, como uma dúzia de relógios, 1 braça de linho, 1 tonelada de ferro etc. Os valores de uso das mercadorias fornecem o material para uma disciplina específica, a merceologia. O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes materiais [*stoffliche Träger*] do valor de troca. (MARX, 2013, p. 97).

Disso, podemos dizer que o valor de uso é imediato, percebido diretamente, não existe nenhum tipo de mediação social complexa e não necessariamente conhecida para que possamos, por exemplo, saber pra que serve um casaco ou sapato. Isso já é dado no próprio corpo da mercadoria. Além disso a mercadoria é sensível, o que faz da mercadoria valor de uso é acessível aos sentidos.

Num sentido específico o valor de uso é a-histórico, ele não é valor de uso por nenhum atributo histórico, é valor de uso em função daquilo que está dado pelo próprio corpo da mercadoria. Sendo assim, ele é comum a todas as formas de organização social, o valor de uso também é não-social, ou seja, não é a forma de sociedade que determina o valor de uso da mercadoria, mas sim apenas sua corporalidade.

Ainda mais, o valor de uso é abstrato, pois ele não determina a forma mercadoria, visto que, os produtos do trabalho humano, em toda e qualquer forma de organização social são

valores de uso, nem todo produto do trabalho humano é mercadoria, ou feito para o mercado, em outros tipos de sociedade o produto do trabalho poderia ser feito para consumo próprio. Por fim, nesse trecho, Marx vai dizer que a mercadoria é o suporte material do valor de troca.

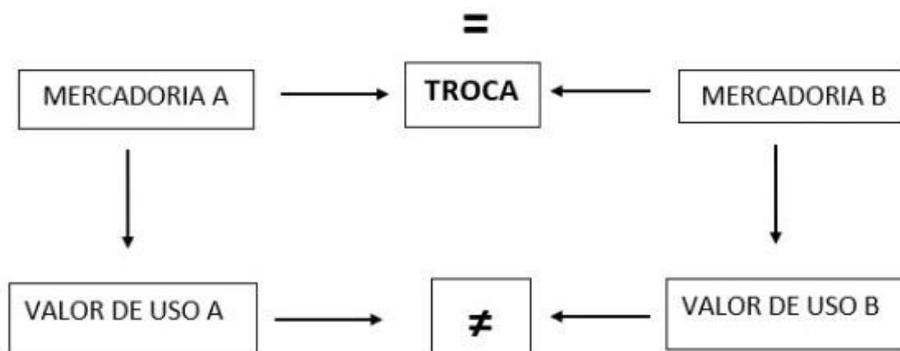
3.1.2 Valor de troca

Ao seguir examinando a mercadoria, Marx observa que ela não é apenas valor de uso, mas também, valor de troca:

O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor de troca parece algo acidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria (*valeur intrinsèque*); portanto, uma *contradictio in adjecto* [contradição nos próprios termos]. (MARX, 2013, p.97).

Marx vai perceber então que o valor de troca se dá por uma relação quantitativa, enquanto o valor de uso se dá por uma relação qualitativa, e outra ponderação é a de que o valor de troca se altera no tempo e espaço, visto que o valor de troca só se consuma nas trocas, e as trocas são realizadas em diversos pontos do espaço e do tempo. Diferentemente, o valor de uso se realiza no consumo. E para o valor de uso se realizar, primeiro é o valor de troca que deve se realizar.

Mas aqui a um problema, de onde vem o valor de troca? O valor de uso nós já sabemos, vem do próprio corpo da mercadoria. Podemos enunciar melhor de acordo com o diagrama abaixo.



Fonte: Adaptado de Machado (2019).

O valor de troca permite que possamos igualar quantitativamente ambas as mercadorias, como diz Marx:

Certa mercadoria, 1 *quarter* de trigo, por exemplo, é trocada por x de graxa de sapatos ou por y de seda ou z de ouro etc., em suma, por outras mercadorias nas mais diversas proporções. O trigo tem, assim, múltiplos valores de troca em vez de um único. Mas sendo x de graxa de sapatos, assim como y de seda e z de ouro etc. o valor de troca de 1 *quarter* de trigo, então x de graxa de sapatos, y de seda e z de ouro etc. têm de ser valores de troca permutáveis entre si ou valores de troca de mesma grandeza. Disso se segue, em primeiro lugar, que os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. (MARX, 2013, p. 97-98).

Dessa forma, podemos observar que, se algo apenas se mostra e se concretiza na relação de uma mercadoria A com outra B, ela tem que expressar algo diferente dessas mercadorias A e B, mas ao mesmo tempo nelas presentes de algum modo, como vai dizer Marx:

Tomemos, ainda, duas mercadorias, por exemplo, trigo e ferro. Qualquer que seja sua relação de troca, ela é sempre representável por uma equação em que uma dada quantidade de trigo é igualada a uma quantidade qualquer de ferro, por exemplo, 1 *quarter* de trigo = a quintais de ferro. O que mostra essa equação? Que algo comum de mesma grandeza existe em duas coisas diferentes, em 1 *quarter* de trigo e em a quintais de ferro. Ambas são, portanto, iguais a uma terceira, que, em si mesma, não é nem uma nem outra. Cada uma delas, na medida em que é valor de troca, tem, portanto, de ser redutível a essa terceira. (MARX, 2013, p.98).

Sobre essa propriedade em comum, Marx vai dizer em um primeiro momento que não

pode ser algo físico, como a forma geométrica ou o peso.

Esse algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias. Suas propriedades físicas importam apenas na medida em que conferem utilidade às mercadorias, isto é, fazem delas valores de uso. Por outro lado, parece claro que a abstração dos seus valores de uso é justamente o que caracteriza a relação de troca das mercadorias. (MARX, 2013, p. 98).

Marx então vai deduzir que o que há de comum às mercadorias é o trabalho. Mas que tipo de trabalho?

Prescindindo do valor de uso dos corpos das mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho. Mas mesmo o produto do trabalho já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos seu valor de uso, abstraímos também os componentes [*Bestandteilen*] e formas corpóreas que fazem dele um valor de uso. O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato. (MARX, 2013, p. 98-99).

Esse é o trabalho abstrato, que não pode ser este ou aquele trabalho útil ou concreto, que é sempre particular, mas sim o trabalho correspondente a certo dispêndio genérico de força de trabalho humana, física e mental. (MARX, 2013).

Marx vai observar também que na troca a mercadoria, na condição de valor mercantil, tem apagadas todas suas propriedades sensíveis, além de também não fazer mais diferença qualitativamente a técnica de trabalho utilizada, seja do carpinteiro ou padeiro. Sendo assim o valor de uso é abstraído e os trabalhos são igualados, na forma de trabalho abstrato.

Em princípio essa forma genérica do trabalho indiferenciado das pessoas é o que dá substância ao valor de cada mercadoria, e permite que elas sejam trocadas umas com as outras, permitindo assim com que o valor de troca se realize.

Agora Marx pode diferenciar o valor de troca do *valor*, propriamente dito:

Na própria relação de troca das mercadorias, seu valor de troca apareceu-nos como algo completamente independente de seus valores de uso. No entanto, abstraindo-se agora o valor de uso dos produtos do trabalho, obteremos seu valor como ele foi definido anteriormente. O elemento comum, que se apresenta na relação de troca ou valor de troca das mercadorias, é, portanto, seu valor. (MARX, 2013, p.99).

3.1.3 Valor

O valor é diferente do valor de troca, pois como vimos o valor de troca acontece quando confrontamos uma mercadoria com a outra, porém, para serem confrontadas em pé de igualdade ambas as mercadorias precisam de um elemento em comum, esse algo é o valor, que tem como substância aquela massa genérica de trabalho humano.

Como ressalta Grespan: “O trabalho abstrato, assim, é a qualidade que varia em quantidade e serve, por isso, de ‘medida’ para essa mesma qualidade, presente em todos os trabalhos concretos e em seus produtos, as mercadorias.” (GRESPLAN, 2006, p. 17).

E como exemplifica Marx:

Portanto, é apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor. A mercadoria individual vale aqui somente como exemplar médio de sua espécie. Por essa razão, mercadorias em que estão contidas quantidades iguais de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho têm a mesma grandeza de valor. O valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra mercadoria assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra. “Como valores, todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado”. (MARX, 2013, p. 100).

A grandeza do valor é o tempo de trabalho, como diz Marx: “Assim, a grandeza de valor de uma mercadoria permanece constante se permanece igualmente constante o tempo de trabalho requerido para sua produção.”. (MARX, 2013, p. 100).

Segundo (MACHADO, 2019), diferentemente do valor de uso, o valor é algo *mediato* – ele é determinado nas relações que as mercadorias têm umas com as outras quando levadas ao mercado. A mercadoria, no entanto, não nasce com esse valor; ela só tem valor na forma de sociedade capitalista, em que é produzida para ser levada e trocada no mercado.

Além disso, o valor é algo supracensível, ele está contido na mercadoria não como substância material, e não é aparente aos sentidos humanos. De acordo com (MACHADO, 2019), o valor é social, ele é constituído por uma forma de sociedade específica, onde todos os

produtos do trabalho são feitos para serem trocados, produtos esses que ao serem confrontados no mercado e na troca, viram todos valores, e então um elemento social passa a fazer parte de cada produto do trabalho individualmente. O valor possui existência em cada mercadoria individual apenas na relação com as outras, externalizando-se no valor de troca.

Logo, a mercadoria não é apenas o que aparenta ser, como valor de uso, mas mais do que isso existe uma relação social que a constitui como mercadoria, e sendo assim a mercadoria é ao mesmo tempo valor de uso e valor, uma coisa sensível (valor de uso) e sensivelmente suprassensível (valor).

3.1.4 O duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias

O trabalho neste modo de produção, para Marx, também contém uma duplicidade, assim como o seu produto, a mercadoria. Estamos falando do trabalho concreto e do trabalho abstrato.

O trabalho concreto é particular, é o trabalho do padeiro, do marceneiro e do ferreiro. Ele ocorre em todas as formas de sociedade, pois em toda sociedade as pessoas trabalham de forma particular e específica, com determinados conhecimentos, técnicas, voltadas para a produção de objetos específicos, que terão utilidades específicas. Por ser assim o trabalho concreto é determinado, em sua essência, tecnicamente, e não socialmente.

Vai exemplificar Marx:

O casaco é um valor de uso que satisfaz uma necessidade específica. Para produzi-lo, é necessário um tipo determinado de atividade produtiva, a qual é determinada por seu escopo, modo de operar, objeto, meios e resultado. O trabalho, cuja utilidade se representa, assim, no valor de uso de seu produto, ou no fato de que seu produto é um valor de uso, chamaremos aqui, resumidamente, de trabalho útil. Sob esse ponto de vista, ele será sempre considerado em relação a seu efeito útil. (MARX, 2013, p. 101).

Enquanto isso o trabalho abstrato para Marx é dispêndio genérico de força de trabalho humana, sem depender do caráter técnico de cada trabalho concreto, como ele exemplifica a seguir:

Alfaiataria e tecelagem, embora atividades produtivas qualitativamente distintas, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos e, nesse sentido, ambas são trabalho humano. Elas não são mais do que duas formas diferentes de se despendar força humana de trabalho. No entanto, a própria força humana de trabalho tem de estar mais ou menos desenvolvida para poder ser despendida desse

ou daquele modo. Mas o valor da mercadoria representa unicamente trabalho humano, dispêndio de trabalho humano. (MARX, 2013, p. 103).

É o trabalho simples, considerado quando dispendido por qualquer ser humano. “Ele é dispêndio da força de trabalho simples que, em média, toda pessoa comum, sem qualquer desenvolvimento especial, possui em seu organismo corpóreo”. (MARX, 2013, p. 103).

Sendo assim, o trabalho abstrato é uma categoria social que diz respeito a forma social específica com que os trabalhos são igualados na sociedade capitalista.

Porém, temos aqui uma contradição entre trabalho concreto e trabalho abstrato, o trabalho concreto é o único dos dois trabalhos que é passível de ser afetado quantitativamente, como mais ou menos eficiente, mais ou menos produtivo ao longo do tempo.

Vai dizer Marx:

No entanto, ao aumento da massa da riqueza material pode corresponder uma queda simultânea de sua grandeza de valor. Esse movimento antitético resulta do duplo caráter do trabalho. Naturalmente, a força produtiva é sempre a força produtiva de trabalho útil, concreto, e determina, na verdade, apenas o grau de eficácia de uma atividade produtiva adequada a um fim, num dado período de tempo. O trabalho útil se torna, desse modo, uma fonte mais rica ou mais pobre de produtos em proporção direta com o aumento ou a queda de sua força produtiva. Ao contrário, por si mesma, uma mudança da força produtiva não afeta em nada o trabalho representado no valor. Como a força produtiva diz respeito à forma concreta e útil do trabalho, é evidente que ela não pode mais afetar o trabalho, tão logo se abstraia dessa sua forma concreta e útil. (MARX, 2013, p. 104).

Ou seja, de acordo com (MACHADO, 2019) o trabalho abstrato não tem produtividade, porque é redundante se perguntar por exemplo, quanto vale 8 horas de trabalho? Bem, 8 horas de trabalho valem 8 horas de trabalho, não há possibilidade de 8 horas de trabalho valerem mais do que 8 horas de trabalho. Nesse caso não adianta a mudança de técnica quando se fala de trabalho abstrato, mesmo mudando a técnica de produção e se produzindo mais mercadorias, 8 horas de trabalho ainda valem 8 horas de trabalho, o que se alterou aí foi apenas o trabalho concreto.

O trabalho concreto e abstrato serão melhor desenvolvidos quando tratarmos do fetichismo do capital mais adiante.

3.1.5 A forma valor [Wertform] ou o valor de troca

Para Marx, não é possível distinguir o valor de uma mercadoria do seu valor de uso. Por isso temos que expressar esse valor sob a forma de outro valor de uso.

Lembre-mo-nos, todavia, de que as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias. Partimos do valor de troca ou da relação de troca das mercadorias para seguir as pegadas do valor que nelas se esconde. (MARX, 2013, p. 105).

Além disso, todas as propriedades da mercadoria enquanto valor se apresentam no dinheiro como um objeto distinto dela.

Qualquer um sabe, mesmo que não saiba mais nada além disso, que as mercadorias possuem uma forma de valor em comum que contrasta do modo mais evidente com as variegadas formas naturais que apresentam seus valores de uso: a forma-dinheiro. (MARX, 2013, p. 105).

Sendo assim, Marx começa sua análise pela forma de valor mais simples existente, a troca de uma mercadoria pela outra.

A relação mais simples de valor é, evidentemente, a relação de valor de uma mercadoria com uma única mercadoria distinta dela, não importando qual seja. A relação de valor entre duas mercadorias fornece, assim, a mais simples expressão de valor para uma mercadoria. (MARX, 2013, p. 105).

3.1.5.1 Forma I – Forma simples do valor

A forma simples do valor é exemplificada da seguinte maneira:



Forma relativa

Forma equivalente

Fonte: Adaptado de Machado (2019).

Segue dizendo Marx:

Aqui, duas mercadorias diferentes, A e B – em nosso exemplo, o linho e o casaco –, desempenham claramente dois papéis distintos. O linho expressa seu valor no casaco; este serve de material para essa expressão de valor. A primeira mercadoria desempenha um papel ativo, a segunda um papel passivo. O valor da primeira mercadoria se apresenta como valor relativo, ou encontra-se na forma de valor relativa. A segunda mercadoria funciona como equivalente, ou encontra-se na forma de equivalente. (MARX, 2013, p. 105-106).

Marx quer dizer com isso que a mercadoria da forma equivalente está expressando o valor da mercadoria da forma relativa. Logo, cada mercadoria cumpre um papel isolado, a mercadoria A não cumpre o mesmo papel da mercadoria B.

Podemos dizer da forma relativa o seguinte, qualitativamente o valor de uma mercadoria (no caso de Marx, o linho) se manifesta no valor de uso da outra mercadoria (no caso de Marx, o casaco). Uma sequência de trechos consegue explicar essa relação:

Nessa relação, o casaco vale como forma de existência do valor, como coisa de valor, pois apenas como tal ele é o mesmo que o linho. Por outro lado, o próprio ser do valor [*Wertsein*] do linho se revela ou alcança uma expressão independente, pois apenas como valor o linho pode se relacionar com o casaco como equivalente ou algo com ele permutável. (MARX, 2013, p. 107).

Na relação de valor com o casaco, o linho vale como seu equivalente qualitativo, como coisa da mesma natureza, porque ele é um valor. Desse modo, ele vale como uma coisa na qual se manifesta o valor ou que, em sua forma natural palpável, representa valor. Na verdade, o casaco, o corpo da mercadoria casaco, é um simples valor de uso. (MARX, 2013, p. 107-108).

Por meio da relação de valor, a forma natural da mercadoria B converte-se na forma de valor da mercadoria A, ou o corpo da mercadoria B se converte no espelho do valor da mercadoria A. Ao relacionar-se com a mercadoria B como corpo de valor, como materialização de trabalho humano, a mercadoria A transforma o valor de uso de B

em material de sua própria expressão de valor. O valor da mercadoria A, assim expresso no valor de uso da mercadoria B, possui a forma do valor relativo. (MARX, 2013, p. 108-109).

Já quantitativamente podemos dizer que a mercadoria A e mercadoria B possuem a mesma grandeza de trabalho abstrato dentro delas.

A forma de valor tem, portanto, de expressar não só valor em geral, mas valor quantitativamente determinado, ou grandeza de valor. Na relação de valor da mercadoria A com a mercadoria B, do linho com o casaco, não apenas a espécie de mercadoria casaco é qualitativamente equiparada ao linho, como corpo de valor em geral, mas uma determinada quantidade de linho, por exemplo, 20 braças, é equiparada a uma determinada quantidade do corpo de valor ou equivalente, por exemplo, a 1 casaco. (MARX, 2013, p. 109)

A forma equivalente parece trazer algumas inversões consigo, podemos ver que o casaco aparenta possuir por natureza a propriedade de ser valor. Como se o seu valor de uso, fosse por natureza o próprio valor.

Como o tipo de mercadoria casaco desempenha aqui o papel do equivalente, o valor de uso em face do linho como corpo de valor, uma determinada quantidade de casacos é também suficiente para expressar uma determinada quantidade de valor do linho. Portanto, dois casacos podem expressar a grandeza de valor de 40 braças de linho, porém jamais podem expressar sua própria grandeza de valor, a grandeza de valor dos casacos. A interpretação superficial desse fato, de que o equivalente sempre possui, na equação de valor, apenas a forma de uma quantidade simples de uma coisa, confundiu Bailey, assim como muitos de seus predecessores e sucessores, fazendo-o ver na expressão do valor uma relação meramente quantitativa. Ao contrário, a forma de equivalente de uma mercadoria não contém qualquer determinação quantitativa de valor. (MARX, 2013, p. 111)

Portanto, o que Marx vai dizer é que o valor de uso manifesta o seu contrário, isto é, o valor: “A primeira peculiaridade que se sobressai na consideração da forma de equivalente é esta: o valor de uso se torna a forma de manifestação de seu contrário, do valor”. (MARX, 2013, p. 111).

Além disso, a atividade que cria o casaco (a alfaiataria) parece ser por natureza criadora do próprio valor. Dessa forma, à primeira vista o linho só aparenta ter valor por causa do casaco, sua forma equivalente.

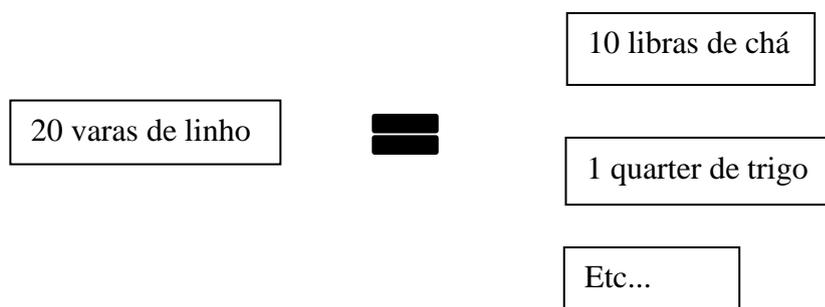
O corpo da mercadoria que serve de equivalente vale sempre como incorporação de trabalho humano abstrato e é sempre o produto de um determinado trabalho útil, concreto. Esse trabalho concreto se torna, assim, expressão do trabalho humano abstrato. Se o casaco, por exemplo, é considerado mera efetivação [*Verwirklichung*], então a alfaiataria, que de fato nele se efetiva, é considerada mera forma de efetivação de trabalho humano abstrato. Na expressão de valor do linho, a utilidade da alfaiataria não consiste em fazer roupas, logo, também pessoas, mas sim em fazer um corpo que reconhecemos como valor e, portanto, como geleia de trabalho, que não se diferencia em nada do trabalho objetivado no valor do linho. Para realizar tal espelho de valor, a própria alfaiataria não tem de espelhar senão sua qualidade abstrata de ser trabalho humano. Tanto na forma da alfaiataria quanto na da tecelagem, força humana de trabalho é despendida. Ambas possuem, portanto, a propriedade universal do trabalho humano, razão pela qual em determinados casos, por exemplo, na produção de valor, elas só podem ser consideradas sob esse ponto de vista. Nada disso é misterioso. Mas na expressão de valor da mercadoria a coisa é distorcida. Por exemplo, para expressar que a tecelagem cria o valor do linho não em sua forma concreta como tecelagem, mas em sua qualidade universal como trabalho humano, ela é confrontada com a alfaiataria, o trabalho concreto que produz o equivalente do linho, como a forma palpável de efetivação do trabalho humano abstrato. (MARX, 2013, p. 112).

Assim sendo, o que acontece nesse caso é que o trabalho concreto manifesta seu contrário, o trabalho abstrato. Parece então que, quem faz o trabalho da forma equivalente produz o trabalho abstrato por excelência, aquele que é responsável por valorar as coisas. “Assim, constitui uma segunda propriedade da forma de equivalente que o trabalho concreto se torne forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato”. (MARX, 2013, p. 113).

Ainda mais, outra inversão é que o trabalho social do tecelão (que produz o linho) ganha forma social unicamente através de uma mágica intervenção do trabalho privado do alfaiate. Dessa forma, parece ser apenas graças a quem produz a forma equivalente que a forma relativa se transforma em uma forma social.

Mas porque esse trabalho concreto, a alfaiataria, vale como mera expressão de trabalho humano indiferenciado, ele possui a forma da igualdade com outro trabalho, aquele contido no linho e, por isso, embora seja trabalho privado como todos os outros, trabalho que produz mercadorias, ele é trabalho em forma imediatamente social. Justamente por isso, ele se apresenta num produto que pode ser diretamente trocado por outra mercadoria. Assim, uma terceira peculiaridade da forma de equivalente é que o trabalho privado se converta na forma de seu contrário, trabalho em forma imediatamente social. (MARX, 2013, p. 112-113).

3.1.5.2 Forma II – Forma de valor total ou desdobrada



Fonte: Adaptado de Machado (2019).

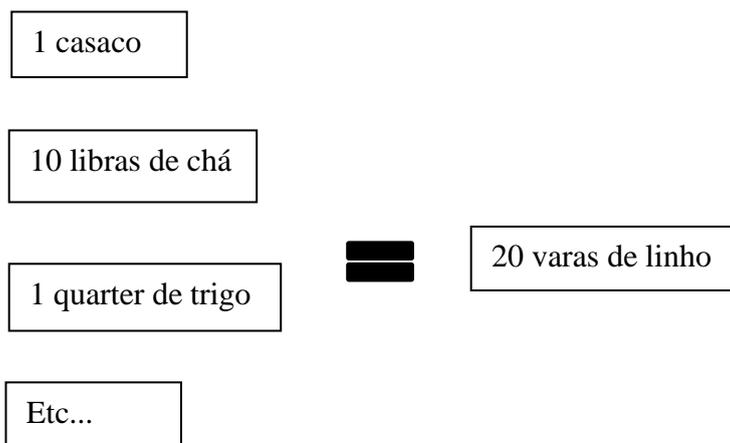
Sendo assim: “O valor de uma mercadoria – do linho, por exemplo – é agora expresso em inúmeros outros elementos do mundo das mercadorias. Cada um dos outros corpos de mercadorias torna-se um espelho do valor do linho”. (MARX, 2013, p. 115-116).

Quando Marx projeta a forma relativa 20 varas de linho em várias formas equivalentes diferentes, ele descobre que não é a troca que regula a grandeza de valor, mas, ao inverso, é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca. Ou seja, ao desdobrar a forma de valor, podemos perceber que temos várias formas equivalentes diferentes, expressando a mesma quantidade de linho na forma relativa.

Na primeira forma – 20 braças de linho = 1 casaco –, pode ser acidental que essas duas mercadorias sejam permutáveis numa determinada relação quantitativa. Na segunda forma, ao contrário, evidencia-se imediatamente um fundamento essencialmente distinto da manifestação acidental e que a determina. O valor do linho permanece da mesma grandeza, seja ele representado no casaco, ou café, ou ferro etc., em inúmeras mercadorias diferentes que pertencem aos mais diferentes possuidores. A relação acidental entre dois possuidores individuais de mercadorias desaparece. Torna-se evidente que não é a troca que regula a grandeza de valor da mercadoria, mas, inversamente, é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca. (MARX, 2013, p. 116).

Isto é, quem atribui então valor a forma relativa não é a forma equivalente, a forma equivalente expressa o valor que já existe dentro da própria mercadoria da forma relativa. Tanto é que, se alterarmos a forma equivalente é ela própria que muda sua magnitude e não a mercadoria da forma relativa.

3.1.5.3 Forma III – Forma geral do valor



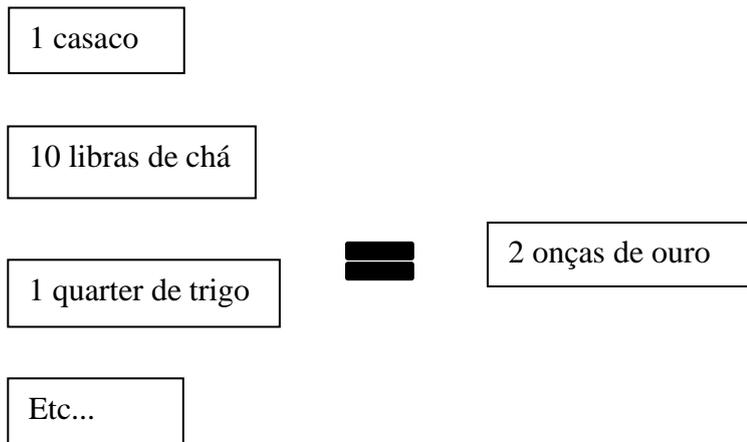
Fonte: Adaptado de Machado (2019).

A forma geral do valor representa de modo unitário e comum à todas as mercadorias aquilo que nelas há de social, o trabalho humano abstrato. Todas as mercadorias agora, de modo unitário, espelham na toska corporalidade natural do linho a sua natureza social, toska, pois, ao imaginar que o linho fosse a forma equivalente em nossa sociedade ele seria horrível, como unidade de medida teríamos que dividir o linho em pequenas quantidades ou quantidades enormes de linho para realizarmos trocas. “Agora, as mercadorias expressam seus valores 1) de modo simples, porque numa mercadoria singular, e 2) de modo unitário, porque na mesma mercadoria. Sua forma de valor é simples e comum a todas, e, por conseguinte, universal”. (MARX, 2013, p. 117).

Sendo assim, para Marx:

A nova forma obtida expressa os valores do mundo das mercadorias num único tipo de mercadoria, separada das outras, por exemplo, no linho, e assim representa os valores de todas as mercadorias mediante sua igualdade com o linho. Como algo igual ao linho, o valor de cada mercadoria é agora não apenas distinto de seu próprio valor de uso, mas de qualquer valor de uso, sendo, justamente por isso, expresso como aquilo que ela tem em comum com todas as outras mercadorias. Essa forma é, portanto, a primeira que relaciona efetivamente as mercadorias entre si como valores, ou que as deixa aparecer umas para as outras como valores de troca. (MARX, 2013, p. 118).

3.1.5.4 Forma IV – A forma-dinheiro



Fonte: Adaptado de MACHADO (2019).

Para Marx a forma-dinheiro é uma consequência da forma de equivalente universal, diz ele:

A forma de equivalente universal é uma forma do valor em geral e pode, portanto, expressar-se em qualquer mercadoria. Por outro lado, uma mercadoria encontra-se na forma de equivalente universal (forma III) apenas porque, e na medida em que, ela é excluída por todas as demais mercadorias na qualidade de equivalente. E é somente no momento em que essa exclusão se limita definitivamente a um tipo específico de mercadoria que a forma de valor relativa unitária do mundo das mercadorias ganha solidez objetiva e validade social universal. (MARX, 2013, p. 120).

Agora, o tipo específico de mercadoria em cuja forma natural, a forma de equivalente, se funde socialmente torna-se mercadoria-dinheiro [*Geldware*] ou funciona como dinheiro. Desempenhar o papel do equivalente universal no mundo das mercadorias torna-se sua função especificamente social e, assim, seu monopólio social. Entre as mercadorias que, na forma II, figuram como equivalentes particulares do linho e que, na forma III, expressam conjuntamente no linho seu valor relativo, uma mercadoria determinada conquistou historicamente esse lugar privilegiado: o ouro. (MARX, 2013, p. 120).

Dessa forma, assim como já nos aparentava na forma simples do valor, através da forma equivalente, agora na forma-dinheiro, a mercadoria-dinheiro apaga magicamente, todas as determinações internas da forma valor equivalente, parecendo possuir por natureza valor.

Porém, é justamente essa forma acabada – a forma-dinheiro – do mundo das mercadorias que vela materialmente [*sachlich*], em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, com isso, as relações sociais entre os trabalhadores privados. (MARX, 2013, p. 125).

4 O dinheiro ou a circulação de mercadorias

4.1 Medida dos valores

Para Marx a primeira função do ouro (forma-dinheiro) é:

Fornecer ao mundo das mercadorias o material de sua expressão de valor ou de representar os valores das mercadorias como grandezas de mesmo denominador, qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis. Desse modo, ele funciona como medida universal dos valores, sendo apenas por meio dessa função que o ouro, a mercadoria-equivalente específica, torna-se, inicialmente, dinheiro. (MARX, 2013, p. 136).

O dinheiro como medida dos valores atua como se fosse uma lista de preços qualquer: “Basta ler de trás para a frente as cotações numa lista de preços para encontrar a grandeza de valor do dinheiro, expressa em todas as mercadorias possíveis”. (MARX, 2013, p. 136).

O preço ou a forma-dinheiro das mercadorias é, como sua forma de valor em geral, distinto de sua forma corpórea real e palpável, portanto, é uma forma apenas ideal ou representada. O valor do ferro, do linho, do trigo etc., apesar de invisível, existe nessas próprias coisas; ele é representado por sua igualdade com o ouro, numa relação que só assombra no interior de suas cabeças. Por isso, a fim de informar seus preços ao mundo exterior, o detentor das mercadorias tem ou de passar a língua em suas cabeças, ou nelas fixar etiquetas. (MARX, 2013, p. 136-137).

Nessa relação não temos o dinheiro fisicamente, o dinheiro é apenas imaginário e expressa a medida de valor ideal daquela mercadoria. Dessa forma, o dinheiro enquanto medida ideal dos valores atua como o preço nominal das mercadorias, é justamente aquele preço que vemos expresso em uma lista de preços, e essa é uma relação necessária, pois como vimos ao longo do debate sobre a mercadoria, ela própria não consegue expressar seu valor sozinha, ela

precisa de um outro, e por isso precisa expressar seu valor ideal antes da troca acontecer.

Ainda mais, através da medida ideal dos valores, o suprassensível se torna visível idealmente, ao olharmos uma mercadoria no supermercado por exemplo, não vemos nela o trabalho abstrato ou tempo de trabalho socialmente necessário, mas podemos ver a mercadoria com uma etiqueta marcando um determinado preço em reais.

Nesse ponto então, surge o conceito de preço, Marx vai começar falando sobre seu padrão:

Pela medida de valor se medem as mercadorias como valores; já pelo padrão de preços, ao contrário, quantidades de ouro se medem por determinada quantidade de ouro, e não o valor de uma quantidade de ouro pelo peso de outra quantidade. Para o padrão de preços é preciso que determinado peso de ouro seja fixado como unidade de medida. Aqui, como em todas as outras determinações de medida de grandezas de mesmo denominador, a fixidez das relações de medida é decisiva, de maneira que o padrão de preços cumpre tanto melhor sua função quanto mais imutavelmente uma e a mesma quantidade de ouro sirva como unidade de medida. (MARX, 2013, p. 138).

Esses processos históricos transformaram em hábito popular a separação entre a denominação monetária dos pesos metálicos e os nomes de suas medidas habituais de peso. Como o padrão monetário é, por um lado, puramente convencional, mas, por outro, necessita de validade universal, ele é, por fim, regulado por lei. Uma porção determinada de peso de um metal precioso, por exemplo, 1 onça de ouro, é oficialmente dividida em partes alíquotas, que a lei batiza com nomes tais como libra, táler etc. Essa parte alíquota, que então passa a valer como a verdadeira unidade de medida do dinheiro, é subdividida em outras partes alíquotas que a lei batiza com outros nomes, como xelim, *penny* etc. Tal como antes, determinados pesos metálicos continuam a ser padrão do dinheiro metálico. O que mudou foi a divisão das partes alíquotas e os nomes adotados. (MARX, 2013, p. 139).

O padrão de preços é um padrão determinado pelo Estado que determina o quanto daquela fração do que é utilizado como medida dos valores representa em um determinado padrão monetário criado pelo próprio Estado, dessa maneira hoje em dia temos vários padrões, como é o caso por exemplo do: real, euro e dólar.

Se houvesse somente a medida ideal de valores, teríamos simplesmente que um determinado quantum de ouro (mercadoria-dinheiro) representaria idealmente a mercadoria, porém a medida dos valores é dada segundo o padrão dos preços, ou seja, é um quantum de ouro, mas segue um padrão monetário institucionalizado pelo Estado. Dessa forma, para (MACHADO, 2019), 5 gramas de ouro vão ser chamadas também de 3 libras esterlinas por exemplo, porém vejamos que padrão dos preços e medida ideal dos valores são diferentes,

embora a medida ideal dos valores se expresse segundo um padrão dos preços.

4.2 O meio de circulação

Ainda nesse ponto de desenvolvimento da análise da relação de troca, a contradição entre valor de uso e valor ainda não foi suprimida.

Vimos que o processo de troca das mercadorias inclui relações contraditórias e mutuamente excludentes. O desenvolvimento da mercadoria não elimina essas contradições, porém cria a forma em que elas podem se mover. Esse é, em geral, o método com que se solucionam contradições reais. (MARX, 2013, p. 141).

A mercadoria como não consegue expressar seu próprio valor, precisa necessariamente de outra mercadoria equivalente para se expressar, e ainda mais, para (MACHADO, 2019) a contradição entre trabalho individual e social, faz com que os trabalhadores privados não possam fazer de sua própria mercadoria o equivalente geral, sendo assim faz-se necessário a existência de um equivalente comum universal. Esse equivalente geral aparece na forma obscura do preço, e essas relações não eliminaram a contradição entre valor de uso e valor.

Inicialmente, as mercadorias entram no processo de troca sem serem douradas, nem açúcaradas, mas tal como vieram ao mundo. Esse processo gera uma duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro, uma antítese externa, na qual elas expressam sua antítese imanente entre valor de uso e valor. Nessa antítese, as mercadorias, como valores de uso, confrontam-se com o dinheiro, como valor de troca. Por outro lado, ambos os polos da antítese são mercadorias, portanto, unidades de valor de uso e valor. Mas essa unidade de diferentes se expressa em cada um dos polos de modo inverso e, com isso, expressa, ao mesmo tempo, sua relação recíproca. (MARX, 2013, p. 142).

Dessa forma, segundo (MACHADO, 2019) é a contradição entre valor de uso e valor dentro de cada mercadoria individual que faz necessária a existência de uma forma equivalente comum e universal. É essa mesma contradição que faz com que o trabalho se expresse ao mesmo tempo como trabalho individual gerador de valor de uso e trabalho social gerador de valor.

Marx vai agora exemplificar como funciona o processo da troca na circulação de mercadorias, e a partir daí vamos analisar a fórmula: Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria.

Acompanhemos agora um possuidor qualquer de mercadorias – por exemplo, nosso velho conhecido tecelão de linho – à cena do processo de troca, o mercado. Sua mercadoria, 20 braças de linho, tem um preço determinado, e seu preço é £2. Ele a troca por £2 e, sendo um homem de grande virtude, troca novamente as £2 por uma Bíblia familiar de mesmo preço. O linho, que para ele é apenas mercadoria, objeto portador de valor, é alienado por ouro, sua figura de valor, e, a partir dessa figura, é novamente alienado por outra mercadoria, a Bíblia, que, no entanto, deve ser levada à casa do tecelão e lá satisfazer a elevadas necessidades. O processo de troca da mercadoria se consoma, portanto, em duas metamorfoses contrapostas e mutuamente complementares: conversão da mercadoria em dinheiro e reconversão do dinheiro em mercadoria. Os momentos da metamorfose das mercadorias são simultaneamente transações dos possuidores de mercadorias – venda, troca da mercadoria por dinheiro; compra, troca do dinheiro por mercadoria –, e a unidade dos dois atos: vender para comprar. (MARX, 2013, p. 142).

O dinheiro aqui já cumpre seu papel como moeda, e não mais como medida ideal dos valores, nesse ponto Marx trata da troca efetivada em si, o dinheiro já se encontra fisicamente na relação. Porém, segundo (MACHADO, 2019) dinheiro e mercadoria não cumprem o mesmo papel nessa relação, para a mercadoria, a conversão em dinheiro significa a passagem de uma forma inferior para uma forma superior de riqueza, já para o dinheiro significa a passagem de uma forma superior para forma inferior de riqueza.

Para (MACHADO, 2019) a mercadoria se mostra nessa relação como inferior, pois, ao possuir uma determinada mercadoria, o produtor não tem certeza se alguém irá comprá-la, mesmo o fato de que alguém detenha o dinheiro para comprar a mercadoria, não dá certeza ao produtor de que aquela pessoa irá de fato comprar sua mercadoria, antes disso essa mercadoria tem que atender alguma necessidade específica daquela pessoa. Por outro lado, a pessoa que detém o dinheiro, e localiza uma determinada mercadoria com um preço que pode pagar, tem absoluta certeza de que pode comprar aquela mercadoria.

Nesse cenário, o dinheiro ainda não está posto enquanto fim em si mesmo, mas apenas como meio de circulação. Aqui o dinheiro é apenas moeda, que atua como mediador do processo de troca.

Continuando, Marx vai dividir em duas partes a análise da fórmula $M - D - M$, a primeira parte consiste na $M - D$:

M-D. Primeira metamorfose da mercadoria ou venda. O salto que o valor da mercadoria realiza do corpo da mercadoria para o corpo do ouro, tal como demonstrei em outro lugar, é o *salto mortale* [salto mortal] da mercadoria. Se esse salto dá errado, não é a mercadoria que se esborracha, mas seu possuidor. (MARX, 2013, p. 143).

Ou seja, a parte M – D se dá no caráter da venda, já a outra parte da fórmula D – M se dá na compra. Continuando Marx vai concluir que ambas aparentam ser iguais, M – D e D – M.

A alienação [*Entäußerung*] da forma original da mercadoria se consuma mediante a venda [*Veräußerung*] da mercadoria, isto é, no momento em que seu valor de uso atrai efetivamente o ouro que, em seu preço, era apenas representado. Desse modo, a realização do preço ou da forma de valor apenas ideal da mercadoria é, ao mesmo tempo e inversamente, a realização do valor de uso apenas ideal do dinheiro, a conversão de mercadoria em dinheiro e, simultaneamente, de dinheiro em mercadoria. Trata-se de um processo bilateral: do polo do possuidor de mercadorias é venda; do polo do possuidor de dinheiro, compra. Ou, em outras palavras, venda é compra, e M-D é igual a D-M. (MARX, 2013, p. 144-145).

Todavia, embora a relação M – D e D – M pareça ser uma só, ambas são diferentes, visto que, a venda não é igual a compra. “Venda e compra são um ato idêntico como relação mútua entre duas pessoas situadas em polos contrários: o possuidor de mercadorias e o possuidor de dinheiro. Como ações da mesma pessoa, eles constituem dois atos frontalmente opostos”. (MARX, 2013, p. 148).

Segundo (MACHADO, 2019) é por esse motivo, que Marx se atenta primeiro a venda, pois, é o momento decisivo da troca, é quando o vendedor de mercadorias precisa superar a divisão do trabalho, visto que, ele só produz uma única coisa e precisa necessariamente vender essa única coisa por outra. Uma vez que, dado o contrário, é o possuidor da mercadoria que se “esborracha”. Opostamente, a dificuldade não se encontra no lado D – M, quem possui o dinheiro, consegue facilmente comprar qualquer mercadoria no mercado. Ou seja, é a síntese de vender para comprar.

Sobre a “metamorfose total de uma mercadoria”, Marx vai dizer que:

A metamorfose total de uma mercadoria envolve, em sua forma mais simples, quatro extremos e três personae dramatis [atores]. Primeiramente, o dinheiro se defronta com a mercadoria como sua figura de valor, que, no além, no bolso alheio, possui sólida realidade material [*sachlich*]. Desse modo, um possuidor de dinheiro se defronta com o possuidor de mercadorias. Assim que a mercadoria se converte em dinheiro, este se torna a forma de equivalente evanescente daquela, cujo valor de uso ou conteúdo existe no aquém, nos corpos das outras mercadorias. (MARX, 2013, p. 146).

Dessa forma podemos notar que nessa relação existem três pessoas, o vendedor da

mercadoria que vende sua mercadoria por dinheiro para um determinado comprador, o vendedor em posse do dinheiro, compra uma outra mercadoria, de um outro vendedor. Além disso, de acordo com (MARX, 2013) a metamorfose total da mercadoria, envolve ainda quatro extremos, a saber: Mercadoria – Dinheiro (venda), Dinheiro – Mercadoria (compra).

Sendo assim, ainda de acordo com (MACHADO, 2019) o processo total de troca é uno e dúplice ao mesmo tempo, uno porque compreende tanto a venda como a compra simultaneamente, dado que um não existe sem o outro, e dúplice porque estão separados não apenas conceitualmente, mas, também, temporal e espacialmente.

Por fim, vale ressaltar que até aqui: “Como mediador da circulação de mercadorias, o dinheiro exerce a função de meio de circulação”. (MARX, 2013, p. 148).

4.3 O dinheiro como dinheiro

O dinheiro como dinheiro, é o dinheiro como finalidade do processo. Vai dizer Marx:

A mercadoria que funciona como medida de valor e, desse modo, também como meio de circulação, seja em seu próprio corpo ou por meio de um representante, é dinheiro. O ouro (ou a prata) é, portanto, dinheiro. Ele funciona como dinheiro, por um lado, quando tem de aparecer em sua própria corporeidade dourada (ou prateada), isto é, como mercadoria-dinheiro, nem de modo meramente ideal, como em sua função de medida de valor, nem como capaz de ser representado, como em sua função de meio de circulação; por outro lado, quando, em virtude de sua função, seja ela realizada em sua própria pessoa ou por um representante, ele se fixa exclusivamente na figura de valor, a única forma adequada de existência do valor de troca, em oposição a todas as outras mercadorias como meros valores de uso. (MARX, 2013, p. 157).

Dessa forma, o dinheiro como dinheiro tem três personificações: entesouramento, meio de pagamento e dinheiro mundial.

4.4 Entesouramento

Nessa personificação do dinheiro, as pessoas vendem mercadorias não para comprar mercadorias, mas para substituir a forma mercadoria pela forma dinheiro: “De simples meio do metabolismo, essa mudança de forma converte-se em fim de si mesma”. (MARX, 2013, p. 158). Ou seja, a pessoa apenas vende para estesourar seu dinheiro.

Como vai dizer Marx, o ato de estesourar o dinheiro quebra aquele ciclo de vender para comprar: “Mas assim que se interrompem as séries de metamorfoses, e a venda deixa de ser

suplementada pela compra subsequente, ele é imobilizado, ou, como diz Boisguillebert, transforma-se de *meuble* em *immeuble* [móvel em imóvel], de moeda em dinheiro”. (MARX, 2013, p. 158).

O nosso entesourador nasce com o único objetivo de vender para entesourar; acumular o metal sagrado, acumular o dinheiro enquanto personificação do valor. Assertivamente vai dizer Marx: “Ao fetiche do ouro o entesourador sacrifica, assim, seu prazer carnal. Ele segue à risca o evangelho da renúncia”. (MARX, 2013, p. 159).

Entretanto, o dinheiro como entesouramento ainda não explica o modo de produção capitalista plenamente, o entesouramento rege formas de sociedade em que as necessidades sociais estão petrificadas. Segundo Marx: “Essa forma ingênua de entesouramento se eterniza em povos em que o modo de produção tradicional e orientado à autossustentação corresponde a um círculo rigidamente fechado de necessidades. É o caso dos asiáticos, sobretudo dos indianos”. (MARX, 2013, p. 158).

O que Marx quer mostrar é que, o dinheiro como entesouramento não é a finalidade suprema do capital, visto que, ao entesourar o dinheiro o indivíduo não coloca o dinheiro em circulação, portanto esse dinheiro não se valoriza e amplia-se.

Além disso, o entesouramento é o produto de uma contradição, vai escrever Marx:

Ao mesmo tempo, porém, toda quantia efetiva de dinheiro é quantitativamente limitada, sendo, por isso, apenas um meio de compra de eficácia limitada. Tal contradição entre a limitação quantitativa e a ilimitação qualitativa do dinheiro empurra constantemente o entesourador de volta ao trabalho de Sísifo da acumulação. (MARX, 2013, p. 159).

Ou seja, qualitativamente o dinheiro é ilimitado, porém, uma mercadoria possui um limite quantitativo. Não faz sentido, por exemplo, acumular vários sacos de trigo, visto que, eles vão se perder, ou acumular todos os carros do mundo, não há espaço físico para isso. Logo, para que o entesourador consiga entesourar mais dinheiro, ele necessita que esse dinheiro circule por meio de alguma aplicação, isto será melhor explicado mais a frente, quando falarmos sobre o capital.

4.5 Meio de pagamento

Nessa forma, o vendedor se torna credor, e o comprador, devedor. O dinheiro funciona

agora, primeiro, como medida de valor, isto é, o dinheiro não aparece fisicamente na relação, aparece então somente como um título ou contrato firmado juridicamente, que vai se realizar apenas no futuro. E segundo, como meio ideal de compra. Sendo assim o dinheiro só se realiza como dinheiro no final do processo, além do que, é o preço que vai medir a obrigação do comprador. Marx vai dizer o seguinte:

Um possuidor de mercadorias vende mercadorias que já existem, o outro compra como mero representante do dinheiro ou como representante de dinheiro futuro. O vendedor se torna credor, e o comprador, devedor. Como aqui se altera a metamorfose da mercadoria ou o desenvolvimento de sua forma de valor, também o dinheiro recebe outra função. Torna-se meio de pagamento. (MARX, 2013, p. 160-161).

Desta maneira, o dinheiro como meio de pagamento atua como uma operação de crédito; o dinheiro como moeda não medeia mais o processo. Por sua vez, como uma operação de crédito, o dinheiro como meio de pagamento pode gerar dívidas, e toda dívida tem um certo limite, como vai exemplificar Marx:

A luta de classes no mundo antigo, por exemplo, apresenta-se fundamentalmente sob a forma de uma luta entre credores e devedores e conclui-se, em Roma, com a ruína do devedor plebeu, que é substituído pelo escravo. Na Idade Média, a luta tem fim com a derrocada do devedor feudal, que perde seu poder político juntamente com sua base econômica. (MARX, 2013, p.161).

Dessa forma, existe um limite para as dívidas, nesse exemplo Marx diz que na Roma antiga o plebeu quando perdia tudo poderia até vir a ser substituído como escravo.

Por último, em concordância com (MACHADO, 2019) o processo do dinheiro enquanto meio de pagamento é uma forma permanente no modo de produção capitalista, porém, ele ainda não o determina de maneira plena. Tanto o dinheiro como entesouramento como meio de pagamento, ainda não alcançam o que é específico da sociedade capitalista.

4.6 Dinheiro mundial

Por fim, o dinheiro como dinheiro mundial. É só aqui que, de acordo com (MACHADO, 2019) temos a determinação puramente específica da forma de sociedade capitalista. Sobre o

dinheiro em sua função de dinheiro mundial, vai dizer Marx:

Ao deixar a esfera da circulação interna, o dinheiro se despe de suas formas locais de padrão de medida dos preços, de moeda, de moeda simbólica e de símbolo de valor, e retorna à sua forma original de barra de metal precioso. No comércio mundial, as mercadorias desdobram seu valor universalmente. Por isso, sua figura de valor autônoma as confronta, aqui, como dinheiro mundial. Somente no mercado mundial o dinheiro funciona plenamente como a mercadoria cuja forma natural é, ao mesmo tempo, a forma imediatamente social de efetivação do trabalho humano *in abstracto*. Sua forma de existência torna-se adequada a seu conceito. (MARX, 2013, p. 164).

Neste ponto, o dinheiro, é o dinheiro que vale em todos os países, é o dinheiro que atua no cenário mundial como dinheiro. É onde o dinheiro se despe de seus padrões de preços estatais e passa a ser aceito em qualquer lugar.

O dinheiro mundial funciona como meio universal de pagamento, meio universal de compra e materialidade absolutamente social da riqueza universal (universal *wealth*). Ele serve como materialidade social da riqueza, em que não se trata nem de compra nem de pagamento, mas da transferência da riqueza de um país a outro, mais precisamente nos casos em que essa transferência na forma das mercadorias é impossibilitada, seja pelas conjunturas do mercado, seja pelo próprio objetivo que se busca realizar. (MARX, 2013, p. 164).

Dessa forma e nesse contexto do dinheiro mundial, segundo (MACHADO, 2019) podemos notar então que, ao se explorar uma mina de ouro, esse ouro que é extraído dali, já nasce como dinheiro, como valor por si só, esse ouro então vai para a metrópole, sem a mediação da compra, venda ou pagamento. O dinheiro na sua forma dos metais preciosos, assume sua forma universal da riqueza que pode ir de um país a outro, e fazer a comparação da circulação de mercadorias no âmbito internacional. É aqui que para (MACHADO, 2019) se constitui a forma específica da sociedade capitalista, quando o dinheiro surge como uma figura autônoma e universal válida em todo globo terrestre, pelo qual, todos esses momentos (entesouramento e meio de pagamento) se subordinam como finalidade. Logo, o dinheiro é a “mercadoria absoluta”.

De sua figura de servo, na qual se manifesta como simples meio de circulação, converte-se repentinamente em senhor e deus no mundo das mercadorias. Representa

a existência celeste das mercadorias, enquanto as mercadorias representam sua existência mundana. (MARX, 2011, p. 245).

5 O Capital

5.1 A transformação do dinheiro em capital

Vamos agora dar início a última parte do nosso capítulo 2 do projeto, mesmo que seja um fim para nosso capítulo, não é aqui nesse capítulo que Marx vai concluir o que é o capital em sua obra, esse capítulo faz parte da sessão dois do livro um d'O Capital, e Marx continua a falar sobre o capital no resto de sua obra.

“A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital”. (MARX, 2013, p. 168), escreve Marx. Ou seja, só pode haver produção de capital na medida em que existe uma circulação generalizada de mercadorias. Vale lembrar que, segundo (MACHADO, 2018) o objeto de Marx é o modo de produção capitalista, a circulação de mercadorias por si só já existiu em outras épocas mais antigas ao modo de produção capitalista. Porém, para (MACHADO, 2019) é só no capitalismo em que toda produção é feita para o mercado, em que todos os produtos são feitos sob a forma de mercadoria.

Continua Marx:

A forma imediata da circulação de mercadorias é M-D -M, conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Mas ao lado dessa forma encontramos uma segunda, especificamente diferente: a forma D - M - D, conversão de dinheiro em mercadoria e reconversão de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. O dinheiro que circula deste último modo transforma-se, torna-se capital e, segundo sua determinação, já é capital. (MARX, 2013, p. 168-169).

Dessa forma, o dinheiro, em vez da mercadoria, passa a ser aqui a finalidade do processo.

Vamos então analisar as duas formas que constituem a circulação de mercadorias, primeiro vamos analisar a forma M – D – M.

Podemos ver nessa fórmula que; o dinheiro media o processo (moeda), a finalidade desta forma é o valor de uso, o objetivo final é o consumo da mercadoria e, o seu movimento possui limites na satisfação das necessidades dos indivíduos e no valor de uso.

Já a segunda forma, que diz respeito a acumulação de capital, $D - M - D$, pode ser descrita segundo (MACHADO, 2019) da seguinte forma:

A mercadoria é comprada não para satisfação pessoal, mas para ser revendida. O dinheiro aqui, funciona como dinheiro e não como moeda, esse dinheiro é lançado na circulação para poder ser captado novamente mais à frente, o dinheiro sempre volta a seu ponto de partida e não se perde na circulação simples, isto é, diferente do dinheiro a mercadoria se perde na circulação simples, ela é comprada e logo em seguida consumida, o dinheiro não, ele volta logo depois ao seu ponto de partida como dinheiro.

O ciclo $M-D-M$ parte do extremo de uma mercadoria e conclui-se com o extremo de uma outra mercadoria, que abandona a circulação e ingressa no consumo. O consumo, a satisfação de necessidades – em suma, o valor de uso –, é, assim, seu fim último. O ciclo $D-M-D$, ao contrário, parte do extremo do dinheiro e retorna, por fim, ao mesmo extremo. Sua força motriz e fim último é, desse modo, o próprio valor de troca. (MARX, 2013, p. 170).

Além disso, o motivo indutor dessa forma não é o valor de uso, mas sim o valor de troca, valorizar o valor de modo infinito é sua meta absoluta. Por último, o valor de uso do produto e a satisfação das necessidades de consumo são meros meios deste movimento insaciável se realizar.

Entretanto, ao analisar bem a forma $D - M - D$ pode parecer que é uma forma tautológica pouco inteligente, visto que, nessa forma, parece ser trocado dinheiro pelo mesmo dinheiro no final do processo, todavia, bem analisado não é assim que a forma funciona, vai explicar Marx:

Trocar £100 por algodão e, em seguida, voltar a trocar esse mesmo algodão por £100, ou seja, trocar dinheiro por dinheiro, o mesmo pelo mesmo, parece ser uma operação tão despropositada quanto absurda. Uma quantia de dinheiro só pode se diferenciar de outra quantia de dinheiro por sua grandeza. Assim, o processo $D-M-D$ não deve seu conteúdo a nenhuma diferença qualitativa de seus extremos, pois ambos são dinheiro, mas apenas à sua distinção quantitativa. Ao final do processo, mais dinheiro é tirado da circulação do que nela fora lançado inicialmente. O algodão comprado por £100 é revendido por £100 + £10, ou por £110. A forma completa desse processo é, portanto, $D-M-D'$, onde $D' = D + \Delta D$ isto é, à quantia de dinheiro inicialmente adiantada mais um incremento. Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de mais-valor (*surplus value*). (MARX, 2013, p. 170).

Surge então a forma $D - M - D'$, isto é, dinheiro – mercadoria – mais dinheiro. Aparece aqui o mais-valor, ou seja, é a variação do dinheiro inicial que foi obtida no final do processo, sendo assim, o dinheiro acaba por se valorizar. Mais precisamente “valor que se valoriza”. O capital é valor que sai em busca de um mais valor.

Além disso, pelo que vimos até agora, podemos dizer que a relação social capital é composta por: dinheiro, mercadoria e os personagens dramáticos (comprador e vendedor, devedor e credor). Na fórmula acima, a mercadoria é portadora de valor e o dinheiro é a manifestação da medida imanente do valor, por sua vez, mercadoria e dinheiro tem seus portadores, e esses portadores privados portam um quantum de trabalho abstrato que é valor.

Surge então, a figura do capitalista. Vai dizer Marx: “Como portador consciente desse movimento, o possuidor de dinheiro se torna capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e de retorno do dinheiro”. (MARX, 2013, p. 171).

É somente agora que, Marx define a figura do capitalista, até então todos eram meros produtores privados, portadores e compradores de mercadoria, entretanto, o portador consciente desse processo de acumulação de capital vai ser chamado de capitalista.

Marx vai chamar o capitalista de um entesourador racional:

Esse impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada ao valor é comum ao capitalista e ao entesourador, mas, enquanto o entesourador é apenas o capitalista ensandecido, o capitalista é o entesourador racional. O aumento incessante do valor, objetivo que o entesourador procura atingir conservando seu dinheiro fora da circulação, é atingido pelo capitalista, que, mais inteligente, lança sempre o dinheiro de novo em circulação. (MARX, 2013, p. 171-172).

Ou seja, ambos têm a mesma finalidade, porém, operam de maneiras diferentes, o entesourador pode ser considerado um quase capitalista, entretanto, ele quer acumular valor tirando dinheiro de circulação, enquanto o capitalista “lança sempre o dinheiro de novo em circulação”.

Dinheiro e mercadoria atuam como momentos diferentes nessa relação $D - M - D$, vai dizer Marx: “Na circulação $D - M - D$, ao contrário, mercadoria e dinheiro funcionam apenas como modos diversos de existência do próprio valor: o dinheiro como seu modo de existência universal, a mercadoria como seu modo de existência particular, por assim dizer, disfarçado”. (MARX, 2013, p. 172).

Isto é, de acordo com (MACHADO, 2019) a mercadoria tem seu modo de existência

particular, pois, ao ser consumida o valor desaparece, já o dinheiro não, ele é universal porque sempre consegue expressar o valor, além de ser capaz de se perpetuar nesse ciclo de valor que se valoriza.

5.2 A contradições da fórmula geral

Essa fórmula geral do capital parece não fazer sentido à primeira vista, como é possível produzir mais-valor se na troca de equivalentes sempre se troca valores de igual magnitude um pelo outro? Dirá Marx:

Nosso possuidor de dinheiro, que ainda é apenas um capitalista em estado larval, tem de comprar as mercadorias pelo seu valor, vendê-las pelo seu valor e, no entanto, no final do processo, retirar da circulação mais valor do que ele nela lançara inicialmente. (MARX, 2013, p. 179).

Podemos então nos perguntamos o seguinte: o mais valor surge da circulação? Se na circulação forem trocados equivalentes, não é daí que surge o mais valor, são trocas entre valores iguais. Por outro lado, se são trocados não equivalentes, o mais valor também não surge daí, visto que nesse caso um ganha, mas o outro perde, e tudo se mantém constante. Podemos concluir então que, a circulação ou troca de mercadorias não cria qualquer valor. “Pode-se virar e revirar como se queira, e o resultado será o mesmo. Da troca de equivalentes não resulta mais-valor, e tampouco da troca de não equivalentes resulta mais-valor. A circulação ou a troca de mercadorias não cria valor nenhum”. (MARX, 2013, p. 178).

Mas então, o mais valor surgiria então fora da circulação, ao nível da produção? Na verdade, não. Vai dizer Marx: “Assim, encontrando-se o produtor de mercadorias fora da esfera da circulação, sem travar contato com outros possuidores de mercadorias, é impossível que ele valorize o valor e, por conseguinte, transforme dinheiro ou mercadoria em capital”. (MARX, 2013, p. 179).

Ou seja, a fórmula geral $D - M - D'$ expressa as relações de circulação das mercadorias, e é na circulação de mercadorias que podemos ter $D - M$ e conseqüentemente $M - D'$, então é impossível explicar o mais valor apenas pela esfera da produção.

Desse modo, Marx vai dizer que o capital se origina e não se origina ao mesmo tempo na circulação: “Portanto, o capital não pode ter origem na circulação, tampouco pode não ter origem circulação. Ele tem de ter origem nela e, ao mesmo tempo, não ter origem nela. Temos,

assim, um duplo resultado”. (MARX, 2013, p. 179).

Citando aqui o professor Hector Benoit, a oposição circulação-produção se dá sob a forma de uma contradição:

Necessariamente, portanto, o capital, contrariando a lógica da não-contradição, tem que surgir ao mesmo tempo (*zugleich*) dentro da circulação e fora dela, na circulação e não na circulação. Ou seja, para explicar a transformação do dinheiro em capital e a origem da mais-valia é necessário pensar a oposição circulação-produção não como uma oposição de contrários, isto é, enquanto pólos externos que em tempos diferentes transitam de um para outro (como do branco para o preto ou do quente para o frio). Essa transformação e a origem da mais-valia só podem ser explicadas se se pensar a oposição circulação-produção enquanto uma oposição que é contradição, isto é, uma oposição entre gêneros econômicos diferentes (circulação e produção) que no seu processo antitético se entrelaçam e engendram um ser novo contraditório (D-M-D'), ou seja, um ser que possui no interior de si e ao mesmo tempo a oposição circulação-produção. (BENOIT, 1996).

Ou seja, a contradição ocorre da seguinte forma: A é B e A é não B; sob a mesma perspectiva e ao mesmo tempo, isto é, a oposição não é externa. D - M - D' é uma contradição; é produção e é circulação ao mesmo tempo e na mesma relação. Dessa forma, a fórmula geral não é hora produção, hora circulação, mas é ao mesmo tempo, ambos.

Sendo assim, como circulação e produção se conectam? Como o valor se modifica? Vai dizer Marx:

A mudança de valor do dinheiro destinado a se transformar em capital não pode ocorrer nesse mesmo dinheiro, pois em sua função como meio de compra e de pagamento ele realiza apenas o preço da mercadoria que ele compra ou pela qual ele paga, ao passo que, mantendo-se imóvel em sua própria forma, ele se petrifica como um valor que permanece sempre o mesmo. Tampouco pode a mudança ter sua origem no segundo ato da circulação, a revenda da mercadoria, pois esse ato limita-se a transformar a mercadoria de sua forma natural em sua forma-dinheiro. A mudança tem, portanto, de ocorrer na mercadoria que é comprada no primeiro ato D -M, porém não em seu valor, pois equivalentes são trocados e a mercadoria é paga pelo seu valor pleno. Desse modo, a mudança só pode provir de seu valor de uso como tal, isto é, de seu consumo. (MARX, 2013, p. 179)

Segundo (MACHADO, 2019) Marx quer dizer com isso que o dinheiro não pode alterar sozinho o seu valor, isso não faria sentido algum. Portanto, a origem dessa modificação do valor se encontra na mercadoria, em seu valor de uso, mais especificamente em seu consumo. Mas então, qual é a mercadoria que ao ser consumida gera valor? Deve haver nessa relação uma

mercadoria que ao ser consumida produza nosso mais valor.

5.3 Força de trabalho

A mercadoria mencionada acima, só pode ser a força de trabalho ou capacidade de trabalho, vai escrever Marx:

Para poder extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro teria de ter a sorte de descobrir no mercado, no interior da esfera da circulação, uma mercadoria cujo próprio valor de uso possuísse a característica peculiar de ser fonte de valor, cujo próprio consumo fosse, portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica: a capacidade de trabalho, ou força de trabalho. (MARX, 2013, p. 179-180).

Marx vai definir força de trabalho ou capacidade de trabalho da seguinte maneira:

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo. (MARX, 2013, p. 180).

Dessa forma, podemos notar que a força de trabalho é algo subjetivo, que pertence ao indivíduo que trabalha, porém, não é ela que produz o valor, mas sim o seu consumo. Sendo assim, quando um trabalhador vende sua força de trabalho, ele não vende o seu trabalho, ele vende a capacidade para realizar determinado trabalho. Marx vai usar da seguinte analogia para explicitar isso: “Dizer capacidade de trabalho não é o mesmo que dizer trabalho, assim como dizer capacidade de digestão não é o mesmo que dizer digestão”. (MARX, 2013, p. 184).

A força de trabalho é uma capacidade, uma potência para realizar trabalho. Por outro lado, o trabalho é a realização desta potência. Dito isso, quais as condições para a compra e venda da força de trabalho?

Essas condições se realizam quando o possuidor da força de trabalho aparece como uma pessoa livre e proprietária unicamente de sua força de trabalho. Sobre estas condições, Marx vai dizer:

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro tem, portanto, de encontrar no mercado de mercadorias o trabalhador livre, e livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho. (MARX, 2013, p. 181).

Nessa relação, o possuidor da força de trabalho é uma pessoa livre, que dispõem livremente da sua força de trabalho, e de sua pessoa. Isto é, sua força de trabalho não é propriedade de outro (como um escravo). A troca acontece nesse caso entre pessoas juridicamente iguais, o comprador e vendedor parecem dispor de uma mesma igualdade. Além disso, o possuidor da força de trabalho é proprietário, dispõem somente de sua força de trabalho para vender. Logo, o possuidor da força de trabalho, se encontra numa situação em que foi separado dos meios de produção, nesse caso, impedido de realizar sua força de trabalho sozinho.

Sabendo disso, podemos dizer que a força de trabalho é uma mercadoria. Ela satisfaz as duas condições que determinam a natureza social das mercadorias; ela é valor de uso e valor. Para (MACHADO, 2019), seu valor de uso é o trabalho, por outro lado, também contém valor, que é medido pelo tempo socialmente necessário para reproduzir a força de trabalho enquanto tal.

A força de trabalho existe apenas como disposição do indivíduo vivo. A sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. (MARX, 2013, p. 182).

Ou seja, o valor da força de trabalho é o necessário para sua reprodução, é o suficiente para que o trabalhador esteja de pé na manhã seguinte e possa ir trabalhar novamente.

Visto isso, a força de trabalho é uma mercadoria particular, pois, não passa por nenhum processo de produção industrial, não é algo objetivado, existente fora e independente dos indivíduos, mas um atributo interno (subjetivo) aos trabalhadores, seu valor é necessário para a reprodução de seu portador. Ainda mais, a força de trabalho é a única mercadoria cujo proprietário é o trabalhador e não o comprador (capitalista). Isto é, o trabalhador é o proprietário da força de trabalho, a única coisa que ele recebe é dado pelo preço da força de trabalho, o

capitalista não recebe pela força de trabalho, ao contrário, ele paga por ela. Não nos confundamos, o que é acumulado enquanto capital, não provem da venda e compra de força de trabalho, mas apenas de seu consumo e realização. Somente a realização da força de trabalho é que produz capital.

Para (MACHADO, 2019) a fórmula $D - M - D'$ expressa apenas o processo de troca da força de trabalho entre o trabalhador e o capitalista, nesse caso o trabalhador atua como vendedor, e o capitalista como comprador. Já a expressão $M - D - M$, expressa todas as outras formas de troca no mercado, por exemplo: expressa a troca que se dá quando o trabalhador vai ao supermercado comprar algo para sua subsistência, nesse caso, o trabalhador atua como comprador e o capitalista atua tanto como vendedor como pode atuar também como comprador. O capitalista atua como comprador, tanto como comprador de mantimentos para sua subsistência, como também como comprador de meios de produção e matérias primas para sua produção.

Podemos dividir ainda $D - M - D'$ em dois momentos, temos $D - M$ onde o capitalista com seu dinheiro compra a força de trabalho do trabalhador, o que ocorre na esfera da circulação, e a outra parte $M - D'$ que também ocorre na circulação, é quando uma mercadoria produzida pelo trabalhador é vendida. Porém, o ato da criação de mais valor em si, só ocorre na esfera da produção.

Por fim, vamos falar sobre a esfera da circulação ou a troca de mercadorias, vai dizer Marx:

A esfera da circulação ou da troca de mercadorias, em cujos limites se move a compra e a venda da força de trabalho, é, de fato, um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham. Liberdade, pois os compradores e vendedores de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são movidos apenas por seu livre-arbítrio. Eles contratam como pessoas livres, dotadas dos mesmos direitos. O contrato é o resultado, em que suas vontades recebem uma expressão legal comum a ambas as partes. Igualdade, pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um dispõe apenas do que é seu. Bentham, pois cada um olha somente para si mesmo. (MARX, 2013, p. 185).

Ou seja, a esfera da circulação é um verdadeiro paraíso para os defensores do capital, na esfera da circulação os indivíduos aparecem livres com suas vontades e iniciativas, sob o olhar individual, parece que a troca entre trabalhador e capitalista se dá de uma forma

equivalente, onde não há exploração por parte do capitalista, temos aqui indivíduos que compram e vendem suas mercadorias pelo que elas realmente valem. Ora, se o capitalista compra somente a força de trabalho e não o trabalho (que é o que produz o mais-valor) do trabalhador, parece aí não haver nenhuma relação de exploração, já que o mais-valor se dá somente pelo consumo da força de trabalho e não da força de trabalho por si só, porém, mais adiante através da exposição das classes sociais, Marx vai notar que há uma relação de exploração aqui.

Ainda sobre a esfera da circulação, como citado acima, Marx diz que: “Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham”.

Liberdade, pois, compradores e vendedores se relacionam enquanto pessoas livres, que através de um consentimento mútuo firmam um contrato. Ambos contratam como pessoas juridicamente livres e iguais, diferentemente da relação que acontecia no modo de produção escravista, aqui não existe o comércio de corpos e pessoas, apenas de capacidades humanas renováveis e utilizadas por um certo período de tempo, acertado pelos contratantes.

Igualdade, pois nessa relação o trabalhador recebe do capitalista um salário equivalente ao valor de sua força de trabalho, não existe perda para nenhum dos lados, ambos trocam valores iguais. “Igualdade, pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente”. (MARX, 2013, p. 185).

Propriedade, pois o capitalista aparece como proprietário de dinheiro e mercadorias enquanto o trabalhador aparece como proprietário de sua própria pessoa. “Propriedade, pois cada um dispõe apenas do que é seu”. (MARX, 2013, p. 185).

Bentham¹, pois, cada um dos contratantes cuida apenas de si próprio, e mediante a realização de ambos os interesses particulares se alcança o bem comum e o interesse geral. “Bentham, pois cada um olha somente para si mesmo. A única força que os une e os põe em relação mútua é a de sua utilidade própria, de sua vantagem pessoal, de seus interesses privados”. (MARX, 2013, p. 185).

De forma irônica, Marx ainda critica as falsas acepções da sociedade capitalista, vai dizer ele:

¹ Jeremy Bentham foi um iluminista e teórico da filosofia moral utilitarista.

E é justamente porque cada um se preocupa apenas consigo mesmo e nenhum se preocupa com o outro que todos, em consequência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência todo-astuciosa, realizam em conjunto a obra de sua vantagem mútua, da utilidade comum, do interesse geral. (MARX, 2013, p. 185).

Dessa forma, Marx critica aqui a economia política, que como vimos parte do indivíduo isolado, para estes (inspirados por Defoe) a sociedade se encontra em uma “harmonia preestabelecida” partem de uma noção aonde se todos procurarem individualmente atingir o seu interesse individual, estariam todos magicamente, atingindo no sentido macro o interesse geral de toda a sociedade.

Por último, nesse capítulo Marx já mostra como trabalhadores e capitalistas são diferentes, não como total oposição, mas já deixando claro que são personagens opostos:

Ao abandonarmos essa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, de onde o livre-cambista *vulgaris* [vulgar] extrai noções, conceitos e parâmetros para julgar a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já podemos perceber uma certa transformação, ao que parece, na fisionomia de nossas *dramatis personae* [personagens teatrais]. O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da... despela. (MARX, 2013, p. 185).

6 Fetichismo

6.1 O fetichismo da mercadoria

A mercadoria é muito mais do que sugere ser à primeira vista, escreve Marx: “Uma mercadoria aparenta ser, à primeira vista, uma coisa óbvia, trivial. Sua análise resulta em que ela é uma coisa muito intrincada, plena de sutilezas metafísicas e melindres teológicos”, (MARX, 2013, p. 121). É daí que surge o caráter fetiche contido na mercadoria.

O fetichismo é tema de exame por diversos autores marxistas, como Isaak Illich Rubin, Roman Rosdolsky e Jorge Grespan, mas também refletido por autores não necessariamente marxistas. Rubin vai dizer, por exemplo, que: “A teoria do fetichismo é, per se, a base de todo o sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor”. (RUBIN, 1987, p. 19).

Ou seja, algo fundamental para entendermos todo o processo de produção capitalista.

Para Grespan (2012) a definição da forma mercadoria observada por Marx nos permite inferir dela seu caráter fetiche:

Esta definição de mercadoria permite a Marx desenvolver um dos aspectos mais importantes e originais de sua concepção da sociedade burguesa: o fetichismo, pelo qual as relações sociais aparecem aos agentes econômicos enquanto relação entre coisas e pelo qual a sociabilidade se transfigura em naturalidade. (GRESPLAN, 2012, p.32)

Em princípio, de acordo com Guedes (2009), não há nada de misterioso na forma mercadoria quando olhamos apenas para seu valor de uso, “eseja tomando-a como objeto que satisfaz necessidades humanas, seja como produto de um trabalho que lhe imprime tais propriedades”. (GUEDES, 2009, p. 124).

Entretanto, essa simplicidade desaparece aí. Como vimos na análise da mercadoria na parte dois do projeto, a mercadoria é algo sensivelmente suprassensível, isto é, ela é valor de uso e **valor**, e esse aspecto suprassensível que só pode ser percebido quando outra mercadoria entra em cena, para expressar o valor daquela mercadoria em questão. Sobre o valor, Guedes (2009) escreveu:

Ora, o valor - forma em si intangível, mas essencialmente definidora da mercadoria como objeto alienável por meio da troca mercantil, e cuja expressão visível ou forma exterior é o valor-de-troca (der Tauschwert) - supõe e implica a abstração das especificidades das propriedades úteis e materiais dos termos da relação imediatamente sensível de intercâmbio, bem como da particularidade dos trabalhos concretos que os produziram. (GUEDES, 2009, p. 125).

Marx (2013, p. 121-122) brinca com essa característica suprassensível da mercadoria, ao dizer que a mesa “põe-se de cabeça para baixo diante de todas as outras mercadorias, e em sua cabeça de madeira nascem minhocas que nos assombram muito mais do que se ela começasse a dançar por vontade própria” – isto é, para Marx o que acontece na sociedade capitalista é algo místico e enigmático aos olhos de quem atua nesta realidade, visto que, a

mercadoria começa a fazer coisas cujo processo mediador é ocultado e nós não o compreendemos.

Contudo, para Guedes (2009):

Mas não é do conteúdo das determinações do valor que provém o caráter enigmático da mercadoria, pois considerar o tempo de trabalho, haver-se com os custos de sua existência material, é algo que não pode escapar ao ser humano, de uma maneira ou de outra. (GUEDES, 2009, p.125).

Ou seja, o fato de que no fundo o **valor** é trabalho não é misterioso, tampouco o fato de que são as capacidades fisiológicas do ser humano que produzem todas as coisas e que produz essas coisas que são valores de uso e atendem as necessidades humanas, nada disso é misterioso. Em segundo lugar, Marx destaca a questão do tempo de trabalho requerido para a produção dos meios de subsistência, para Marx até mesmo o homem da sociedade primitiva levava em conta quanto tempo ele levaria para fazer determinado serviço.

Dessa forma, o que concede a economia mercantil capitalista seu caráter fetiche e a faz “representar-se necessariamente como objetividade material” de acordo com Guedes (2009) são as seguintes inversões:

1) Igualdade dos trabalhos → Forma coisal de igual objetividade de valor dos produtos do trabalho;

2) Medida do dispêndio do trabalho (do custo da vida material) → Grandeza de valor dos produtos do trabalho;

3) Relações sociais entre os produtores → Relações sociais entre os produtos do trabalho.

A mercadoria figura como um símbolo invertido: não o objeto recebendo atributo humano, mas a humanidade como predicado do objeto. (GUEDES, 2009, p. 126).

Isto é, o fetichismo é o processo objetivo por meio do qual as relações sociais se expressam através da forma mercadoria.

Entretanto, como demonstra Rubin, a mercadoria não esconde apenas relações sociais atrás de si, mas:

Marx não mostrou apenas que as relações humanas eram encobertas por relações entre coisas, mas também que, na economia mercantil, as relações sociais de produção assumem inevitavelmente a forma de coisas e não podem se expressar senão através de coisas. (RUBIN, 1987, p. 19-20).

Rubin chama atenção para o fato de que não é que as relações sejam disfarçadas por relações entre coisas, na realidade, *estas relações são coisificadas*, são relações que *tomam a configuração de relações entre coisas*, isto é, acontecem simultaneamente relações sociais entre as pessoas e relações sociais entre as coisas, visto que, as pessoas aparecem como portadoras de coisas que tem predicado da relação, que tem predicado da sociabilidade, coisas que tem alguma característica que as faça estabelecer as relações sociais de produção.

Sendo assim, segundo Marx, o nebuloso da mercadoria na sociedade capitalista consiste em:

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais.. (MARX, 2013, p.122)

De acordo com Grespan (2012) o misterioso da forma mercadoria:

[...] é que as relações sociais se ocultam por trás das relações entre as mercadorias e as movimentam na troca como se este movimento viesse das coisas mesmas. Daí seu caráter de “coisas sociais”, de coisas “sensíveis suprassensíveis”: no tangível se manifesta o humano que se tornou intangível para si mesmo. Daí a metáfora do

fetichismo, pois na troca as coisas se movem como que dotadas de vida própria, quando o são realmente pela sociabilidade. (GRESPLAN, 2012, p. 34).

Isso quer dizer que, no processo de troca, o portador da mercadoria (o indivíduo mercador) não atua como verdadeiro sujeito, ele não expressa a si mesmo, ele apenas expressa o poder social da sua mercadoria.

Segundo Marx (2013, p. 123) para os produtores “as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas”.

Logo, conclui Grespan (2012) que:

O “mistério” do teorema do fetichismo se apresenta aqui claramente: o trabalho na sociedade burguesa é imediatamente privado, de modo que não há “relações sociais imediatas das pessoas em seu próprio trabalho”, mas somente relações mediadas pela troca de coisas. (GRESPLAN, 2012, p. 34-35).

Levando em conta a definição do caráter misterioso da forma-mercadoria dado por Marx, Guedes (2021) diz que a forma-mercadoria, e a relação de valor dos produtos do trabalho, constitui uma relação social invertida ou às avessas:

Trata-se de uma conversão sujeito → objeto e vice-versa. Trata-se de uma sociabilidade realizada sob a forma de uma relação entre objetos. A economia mercantil apresenta esse caráter espontâneo, isto é, de uma realidade que anda por si. (GUEDES, 2021b, p. 8).

Sendo assim, “o caráter social do trabalho manifesta-se, portanto, como caráter exterior objetivo de seus produtos, como se fossem as propriedades naturalmente sociais deles”. (GUEDES, 2009, p. 127.).

6.2 Fetichismo do dinheiro

O fetiche do dinheiro nada mais é do que a ampliação — qualitativamente e quantitativamente — do fetiche da mercadoria. Segundo (GRESPLAN, 2021) o fetiche existe para além da mercadoria, sobre isso Jorge Grespan vai dizer que:

(..) o fetichismo, para além da mercadoria, diz respeito a formas sociais de maior complexidade, como o dinheiro e o capital. Marx formulou o conceito de fetichismo em sentido amplo para explicar e, ao mesmo tempo, desmascarar os mecanismos mistificadores do mundo organizado pelo valor que se valoriza. (GRESPLAN, 2021, p. 33).

Marx não usa a todo momento a palavra fetiche ou fetichismo, mas essa relação se encontra presente em suas explanações, vejamos o que Marx diz sobre o curso do dinheiro:

Que essa forma unilateral do movimento do dinheiro nasce do movimento formal bilateral da mercadoria é algo que permanece oculto. A natureza da própria circulação das mercadorias gera a aparência contrária. A primeira metamorfose da mercadoria é visível não somente como movimento do dinheiro, mas como seu próprio movimento; sua segunda metamorfose, no entanto, só é visível como movimento do dinheiro. (MARX, 2013, p. 149).

O dinheiro é produto da circulação de mercadorias, mas há uma inversão aqui, a circulação de mercadorias aparece como resultado do movimento do dinheiro. Como vai dizer Marx:

O dinheiro remove constantemente as mercadorias da esfera da circulação, assumindo seus lugares e, assim, distanciando-se de seu próprio ponto de partida. Por essa razão, embora o movimento do dinheiro seja apenas a expressão da circulação de mercadorias, é esta última que, ao contrário, aparece simplesmente como resultado do movimento do dinheiro. (MARX, 2013, p.149-150).

Através do esquema abaixo podemos enxergar melhor essa relação:

M1 – D	Pessoa 1
– D – M2	Pessoa 2
– D – M3	Pessoa 3
– D – M4	Pessoa 4 etc...

Fonte: Adaptado de Machado, (2019)

Podemos observar que na circulação de mercadorias o dinheiro sempre permanece igual e vai passando de mão em mão, distanciando-se da pessoa original com a qual se encontrava; percebemos também que, na circulação, o que aparenta acontecer é que são as pessoas e as mercadorias que mudam.

Como mostra Rosdolsky (2002):

[...] a circulação de mercadorias é percebida como uma troca de mãos e de posição, que ocorre milhões de vezes, entre mercadoria e dinheiro. "Ela parte de pontos infinitamente diferentes e chega a pontos infinitamente diferentes", sem que "o verdadeiro ponto de partida seja também o ponto de chegada." "A mercadoria é trocada por dinheiro; o dinheiro é trocado por mercadoria"; "esta constante renovação do mesmo processo [...] se repete até o infinito". (ROSDOLSKY, 2002, p. 129).

Dessa forma, em todo esse processo, a mercadoria e as pessoas parecem ser mero veículo do dinheiro, o dinheiro sempre vai permanecer o mesmo durante o processo.

Outro aspecto do fetichismo que podemos ressaltar é o poder social que o dinheiro confere a quem o detém, é o poder de comandar o trabalho dos outros indivíduos, vai dizer Marx: "Seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso". (MARX, 2011, p. 157).

Ou seja, o dinheiro é o poder social que permite a quem o possuir, vincular-se ao restante da sociedade. Embora, o dinheiro seja na verdade, apenas expressão da troca generalizada de mercadorias, ele acaba por cada vez mais, aparecer como aquilo que permite aos indivíduos e às mercadorias se ligarem uns com os outros.

Ainda mais, de acordo com Rosdolsky (2002) o dinheiro é a encarnação direta do trabalho social:

Vimos que o intercâmbio real induz ao desdobramento da mercadoria, à sua cisão em mercadoria e dinheiro. Força à escolha "de uma mercadoria privilegiada, na qual pode expressar-se o valor de todas as demais de uma vez por todas, uma mercadoria que se torna a encarnação direta do trabalho social e que, por isso, se torna direta e incondicionalmente intercambiável por todas as mercadorias: o dinheiro". (ROSDOLSKY, 2002, p. 115).

Logo, o que aparenta conceder valor e permitir que as trocas ocorram é o dinheiro, e cada vez mais o trabalho que produz o dinheiro aparece como imediatamente trabalho social,

enquanto os demais apenas aparecem como trabalho individual, isto é, todos os trabalhos são privados, e é o dinheiro que concede valor a eles.

Outro desdobramento sobre o fetichismo do dinheiro é que, Marx, refletindo sobre os diferentes padrões monetários, que refletem um passo a mais no desenvolvimento da forma dinheiro e do seu fetiche, vai usar da seguinte analogia para dizer que “o nome de algo é totalmente exterior à sua natureza”.

O nome de algo é totalmente exterior à sua natureza. Não sei nada de um homem quando sei apenas que ele se chama Jacó. Do mesmo modo, nas denominações monetárias libra, táler, franco, ducado etc. desaparece todo sinal da relação de valor. A confusão sobre o sentido oculto desses símbolos cabalísticos é tanto maior porque as denominações monetárias expressam o valor das mercadorias e, ao mesmo tempo, partes alíquotas de um peso metálico, do padrão monetário. Por outro lado, é necessário que o valor, em contraste com os variados corpos do mundo das mercadorias, desenvolva-se nessa forma material, desprovida de conceito, mas também simplesmente social. (MARX, 2013, p. 139).

Marx quer dizer com isso que, ao dizer o nome de alguma coisa nós não revelamos nada sobre ela, o nome não mostra o que a coisa é essencialmente. Não conseguimos saber nada sobre determinado padrão monetário institucionalizado pelo Estado por se chamar dólar ou euro por exemplo. Dessa forma, a relação de valor que no início aparecia como valor de uso e valor, vai se afastando da sua origem, cada vez mais a mercadoria vai se apresentando apenas como valor de uso, e que nela há somente estampado um certo preço que é dado graças ao dinheiro institucionalizado pelo Estado como padrão monetário.

Com “símbolos cabalísticos”, Marx se refere a esses padrões monetários, como é o caso da libra esterlina, por exemplo: ao expressar o preço de algo, a libra também expressa certa quantidade em peso de ouro, o que torna esse símbolo ainda mais confuso na visão de Marx. Por outro lado, essa forma preço, último estágio da forma dinheiro, apaga “os variados corpos do mundo das mercadorias”, apaga sua enorme variedade de trabalhos necessários para serem produzidas, expressando às em algo comum — aparentemente de mesma qualidade: euro, dólar, real — e que no fundo tem uma mesma materialidade que é dado por um tipo de relação social.

Dessa forma, como nos aponta Marx:

Uma mercadoria não parece se tornar dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, estas é que parecem expressar nela

seus valores pelo fato de ela ser dinheiro. O movimento mediador desaparece em seu próprio resultado e não deixa qualquer rastro. Sem qualquer intervenção sua, as mercadorias encontram sua própria figura de valor já pronta no corpo de uma mercadoria existente fora e ao lado delas. Essas coisas, o ouro e a prata, tal como surgem das entranhas da terra, são, ao mesmo tempo, a encarnação imediata de todo trabalho humano. Decorre daí a mágica do dinheiro. O comportamento meramente atomístico dos homens em seu processo social de produção e, com isso, a figura reificada [*sachliche*] de suas relações de produção, independentes de seu controle e de sua ação individual consciente, manifestam-se, de início, no fato de que os produtos de seu trabalho assumem universalmente a forma da mercadoria. Portanto, o enigma do fetiche do dinheiro não é mais do que o enigma do fetiche da mercadoria, que agora se torna visível e ofusca a visão. (MARX, 2013, p. 133-134).

Sendo assim, esse dinheiro aparece como equivalente universal como aquilo que é comum ao conjunto de mercadorias, pois nele há algo socialmente em comum com o interior das outras mercadorias, mas, nessa relação, só vemos o dinheiro, e não o aspecto social em comum que possibilita o dinheiro aparecer como esse equivalente comum e universal.

Um exemplo disso, de acordo com Machado (2019), pode ser explicitado da seguinte maneira:

5 casacos = 500 reais

Aqui há uma relação totalmente obscura, pois neste caso nós não vemos os 500 reais como produto de trabalho humano individual nenhum. Enxergamos apenas que os 500 reais são valor, e os 5 casacos parecem valer apenas em função do dinheiro – apenas porque há um dinheiro com o qual ele possa ser comprado, o que parece atestar que ele tem esse valor.

Consideremos um pouco mais o papel da moeda, agora como puro *signo* do dinheiro, com o que a relação fetiche do dinheiro se aprofunda ainda mais:

Da função do dinheiro como meio de circulação deriva sua figura como moeda. A fração de peso do ouro representada no preço ou na denominação monetária das mercadorias tem de se defrontar com estas na circulação como peças ou moedas de ouro de mesmo nome. (MARX, 2013, p. 155).

Assim, a partir desse momento temos o dinheiro como papel-moeda, impresso pelo Estado. Marx vai dizer que esse processo acontece devido ao desgaste do ouro, sendo assim, o ouro passa a circular como um valor puramente nominal: um símbolo de valor. Marx acrescenta:

O caminho pelo qual a moeda deixa a cunhagem é o mesmo que a leva ao forno de fundição. Pois, na circulação, as moedas de ouro se desgastam, umas mais, outras menos. Título de ouro e substância de ouro, conteúdo nominal e conteúdo real iniciam seu processo de separação. Se o próprio curso do dinheiro separa o conteúdo real da moeda de seu conteúdo nominal, sua existência metálica de sua existência funcional, ele traz consigo, de modo latente, a possibilidade de substituir o dinheiro metálico por moedas de outro material ou por símbolos. (MARX, 2013, p. 155)

Dessa forma, o ouro usado fisicamente como meio de circulação em um determinado padrão monetário — como a libra esterlina — pode ser facilmente substituído por um mero signo de valor. Assim sendo, por não apresentar nenhuma relação com os trabalhos úteis da sociedade e nenhuma utilidade, o papel-moeda consagra o fetiche da mercadoria como fetiche do dinheiro.

Por fim, vale colocar aqui a conclusão sobre o caráter fetiche da forma-dinheiro dada pelo professor Júlio Ferreira de Oliveira:

Se o valor é a forma encarnada pela sociabilidade numa sociedade de produtores privados, autônomos e independentes, então o dinheiro é, simultaneamente, a lembrança e o esquecimento da sociabilidade. Esquecimento por ser a forma oblíqua da sociabilidade manifestar-se, pois o dinheiro é necessariamente um fetiche, algo consolidado como coisa; e lembrança por ser a única via de afirmação da totalidade, dados divisão do trabalho e produtores privados. (OLIVEIRA, 1990, p. 42)

6.3 O fetichismo do capital

Em primeiro lugar, para começarmos a entender o caráter fetiche do capital, vale entender o que é o processo de trabalho. Segundo Machado (2020), Marx sempre parte do que é comum (da perspectiva homem-natureza) e busca sua forma social específica. Sabendo disso, temos duas perspectivas para o mesmo processo (processo de trabalho e processo de valorização). Na relação homem-natureza o produto do trabalho é apenas produto, com valor de uso, feito a partir de trabalho concreto, esse é o processo de trabalho. Já na relação homem-homem (forma social) o produto do trabalho, se realizado sob a forma burguesa de sociedade e economia, é sempre uma mercadoria, que um produto que é feito para o mercado, para ser uma coisa de valor mercantil, e que foi gerado pelo trabalho tomado como abstrato (pertencente ao processo de valorização, próprio do capital). Marx deseja chegar à forma social a partir do processo de trabalho da relação homem-natureza. Vai dizer Marx:

O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 2013, p.192).

Nesse sentido, podemos afirmar que o processo de trabalho tem elementos não exatamente a-históricos, mas que de suas formas sociais podem ser abstraídos conceitualmente os seus aspectos técnicos e não sociais. É importante, no entanto, frisar, que que esses elementos só podem atuar dentro de uma forma social.

Sendo assim, de acordo com Guedes (2023, p. 1) o capital é um fim em si mesmo: “Um processo é uma sequência de acontecimentos, uma série de fenômenos sucessivos que formam um todo e visam a um fim, ou simplesmente culminam em determinado resultado; o capital também é um processo cujo fim é, infinitamente, ele mesmo”.

Os elementos que constituem o processo de trabalho são, de acordo com Guedes (2023): “a) a atividade adequada a um fim; b) o objeto sobre o qual a atividade incide; c) os meios (o instrumental) pelos quais a atividade passa para atingir o objeto”.

Vale destacar dois conceitos importantes. O objeto de trabalho e o meio de trabalho

Objeto de trabalho: é o meio natural, a "terra", é o objeto geral do trabalho humano. É o que Marx chama de matéria prima, entretanto, toda matéria prima é objeto do trabalho, por outro lado, nem todo objeto do trabalho é matéria prima.

Meio de trabalho: “um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto”. (MARX, 2013, p. 189).

Sendo assim, diz Marx:

No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio [Gespinst]. (MARX, 2013, p. 190)

Dessa maneira, de acordo com Guedes (2023), o que constitui o aspecto subjetivo do processo é a atividade, já o aspecto objetivo é o objeto de trabalho e os meios de trabalho. Diz Guedes:

Se consideramos o processo do ponto de vista do seu resultado (o produto), os objetos e meios de trabalho aparecem como meios de produção, e a atividade subjetiva como trabalho produtivo. Produtos são condições e resultado do processo de trabalho. Cada vez mais os meios e objetos de trabalho são produzidos por trabalhos anteriores. (GUEDES, 2023, p. 3).

A relação do aspecto subjetivo e objetivo do processo de trabalho é descrita por Marx na seguinte passagem:

Uma máquina que não serve no processo de trabalho é inútil. Além disso, ela se torna vítima das forças destruidoras do metabolismo natural. O ferro enferruja, a madeira apodrece. O fio que não é tecido ou enovelado é algodão desperdiçado. O trabalho vivo tem de apoderar-se dessas coisas e despojá-las do mundo dos mortos, convertê-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos. Uma vez tocadas pelo fogo do trabalho, apropriadas como partes do corpo do trabalho, animadas pelas funções que, por seu conceito e sua vocação, exercem no processo laboral, elas serão, sim, consumidas, porém segundo um propósito, como elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos, aptos a ingressar na esfera do consumo individual como meios de subsistência ou em um novo processo de trabalho como meios de produção. (MARX, 2013, p. 192).

Vai concluir Marx:

Portanto, se por um lado os produtos existentes são não apenas resultados, mas também condições de existência do processo de trabalho, por outro lado, sua entrada nesse processo, seu contato com o trabalho vivo, é o único meio de conservar e realizar como valores de uso esses produtos de um trabalho anterior. (Ibid)

Até agora, vimos apenas o processo de trabalho sem a forma social, como dito no início, o processo de trabalho é a-histórico, não importando por quem é feito:

Assim como o sabor do trigo não nos diz nada sobre quem o plantou, tampouco esse processo nos revela sob quais condições ele se realiza, se sob o açoite brutal do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista, se como produto das poucas *jugera*

de terra cultivadas por *Cinnatus* ou da ação do selvagem que abate uma fera com uma pedra. (MARX, 2013, p. 192-193).

Dando sequência, para explicar essa forma social acerca do capital, tomemos aqui o processo de autovalorização do valor. Como vimos, o capital é o processo de autovalorização do valor, valor que se autovaloriza, uma complexa relação social na qual o valor se torna sujeito de um processo em que ele, a partir de si, gera valor e mais-valor. É valor que pare valor. Sabendo disso, o capital só se torna capital, quando para Marx:

Na verdade, porém, o valor se torna, aqui, o sujeito de um processo em que ele, por debaixo de sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro, ora como mercadoria, altera sua própria grandeza e, como mais-valor, repele [*abstösst*] a si mesmo como valor originário valoriza a si mesmo. Pois o movimento em que ele adiciona mais-valor é seu próprio movimento; sua valorização é, portanto, autovalorização. Por ser valor, ele recebeu a qualidade oculta de adicionar valor. Ele pare filhotes, ou pelo menos põe ovos de ouro. (MARX, 2013, p. 172).

Essa dinâmica segundo Guedes (2019, p. 619) se desenvolve a partir do momento em que “o capitalista escolhe e adquire, no mercado, todos os fatores — subjetivos e objetivos — necessários à realização de um processo de trabalho. Em seguida, põe-nos em relação”, vai dizer Marx:

Nosso capitalista põe-se, então, a consumir a mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, isto é, faz com que o portador da força de trabalho, o trabalhador, consuma os meios de produção mediante seu trabalho. Obviamente, a natureza universal do processo de trabalho não se altera em nada pelo fato de o trabalhador realizá-lo para o capitalista, e não para si mesmo. Tampouco o modo determinado como se fabricam as botas ou se fiam os fios é imediatamente alterado pela intervenção do capitalista. Ele tem, inicialmente, de tomar a força de trabalho tal como ele a encontra no mercado e, portanto, tem também de aceitar o trabalho tal como ele se originou num período em que ainda não havia capitalistas. (MARX, 2013, p. 193)

Dessa forma, de acordo com Machado (2020) todas as determinações do processo de trabalho viram-se ao avesso. “Lá, tratava-se da atividade orientada à transformação do algodão em fio” (MARX,

2013, p.196), a finalidade última do processo. Agora, o produto acabado é apenas meio para uma única finalidade: a valorização do valor.

Antes:

O trabalho do fiandeiro é especificamente distinto dos outros trabalhos produtivos, e a diferença se revela subjetiva e objetivamente na finalidade particular do ato de fiar, em seu modo particular de operação, na natureza particular de seus meios de produção, no valor de uso particular de seu produto. (MARX, 2013, p. 196)

Agora, sendo os múltiplos trabalhos, enquanto trabalho abstrato, criadores de valor, o trabalho do fiandeiro: “Na medida em que o trabalho do fiandeiro cria valor, isto é, é fonte de valor, ele não difere em absolutamente nada do trabalho do produtor de canhões” (ibid).

Antes “algodão e fuso servem como meios de subsistência”, agora é irrelevante, da perspectiva do capitalista, o papel social da mercadoria, se para vestir ou para matar.

O que o capitalista almeja?

Primeiramente, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, isto é, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Em segundo lugar, quer produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado. Ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor. (MARX, 2013, p. 194).

Dessa forma, segundo Guedes (2019, p. 620), “a atividade do trabalhador no interior da produção capitalista converte-se em atividade do capital”. Utilizando-se de uma metáfora, Marx diz que a força de trabalho atua como uma espécie de levedura quando convertida em capital e o faz entrar em fermentação:

O trabalho é o fermento que é jogado no capital e produz sua fermentação. Por um lado, a objetividade de que consiste o capital tem de ser elaborada, i.e., consumida

pelo trabalho, por outro, a simples subjetividade do trabalho como mera forma tem de ser abolida e objetivada no material do capital. (MARX, 2011, p. 368).

Marx vai explicitar então que o processo de trabalho se representa, objetivamente, como um processo entre coisas que o capitalista comprou e entre coisas que lhe pertencem:

Ao comprador da mercadoria pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho, ao ceder seu trabalho, cede, na verdade, apenas o valor de uso por ele vendido. A partir do momento em que ele entra na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, seu uso, o trabalho, pertence ao capitalista. Mediante a compra da força de trabalho, o capitalista incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos que constituem o produto e lhe pertencem igualmente. De seu ponto de vista, o processo de trabalho não é mais do que o consumo da mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, que, no entanto, ele só pode consumir desde que lhe acrescente os meios de produção. O processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. Assim, o produto desse processo lhe pertence tanto quanto o produto do processo de fermentação em sua adega. (MARX, 2013, p. 193)

Sendo assim, o processo de trabalho é *subsumido*² no processo de autovalorização do valor

O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias. (MARX, 2013, p. 201)

Portanto, para Marx, quando o processo de trabalho é subsumido no processo de autorreprodução do capital, é o valor que entra em cena como sujeito:

O processo de produção deixou de ser processo de trabalho no sentido de processo dominado pelo trabalho como unidade que o governa. Ao contrário, o trabalho aparece unicamente como órgão consciente, disperso em muitos pontos do sistema mecânico em forma de trabalhadores vivos individuais, subsumido ao processo total da própria

² De acordo com Guedes (2023): “Subsumir: vem do latim *subsumere* = ‘tomar sob’, ‘apropriar-se de’. Hoje se utiliza com o sentido de ‘incluir’, ‘subordinar’, ‘sujeitar’, ‘compreender em si’. Em *O Capital*, Marx usa o termo ‘*Unterordnung*’ = subordinação (‘por sob a ordem’)”.

maquinaria, ele próprio só um membro do sistema, cuja unidade não existe nos trabalhadores vivos, mas na maquinaria viva (ativa), que, diante da atividade isolada, insignificante do trabalhador, aparece como organismo poderoso. (MARX, 2011, p. 930-931).

Guedes (2023, p. 6) diz que, esta condição define a subsunção formal do trabalho ao capital para Marx: “A subsunção formal não implica imediatamente o estabelecimento de um substrato técnico-material especificamente capitalista. O capital subordina a si o processo de trabalho que encontrou, adquirindo os seus elementos do modo como os encontrou.”.

Já a subsunção real, de acordo com Guedes:

A subsunção real corresponde à alteração progressiva da identidade da própria dimensão técnico-material da produção, submetendo-a às suas necessidades de autovalorização. O grande objetivo é a geração de mais-valor relativo³, o que só se obtém com o aumento da produtividade. (ibid).

Assim sendo, os meios de produção passam a figurar como a materialização do capital em estrutura produtiva autônoma. Ou seja, é a força de trabalho que é consumida por essa estrutura como capital que varia, como mercadoria cuja utilidade é ser a fonte do valor. De acordo com Guedes (2019, p. 623):

No exercício da atividade produtiva, o princípio subjetivo dá lugar progressivamente a um princípio objetivo, o que se consolida com a passagem da manufatura à maquinofatura: no trabalho artesanal, são os meios de produção que devem adequar ao trabalhador; aqui é a força de trabalho que tem de acomodar-se ao tempo, ao ritmo e ao *modus operandi* da máquina, senão ao próprio *modus essendi* dela.

Destarte, para Marx (2011, p. 930) “A atividade do trabalhador, limitada a uma mera abstração da atividade, é determinada e regulada em todos os aspectos pelo movimento da

³ O mais valor relativo é aquele obtido pelo capitalista quando se aumenta a produtividade da jornada de trabalho sem a diminuir, o mais-valor que, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho Marx chama de mais-valor relativo.

maquinaria, e não o inverso”.

Logo, podemos chegar à conclusão de que: “O capital não é uma coisa, mas determinada relação social representada em coisas e que lhes confere um caráter social específico. É o processo de produção e reprodução da vida material tornado existente como processo de valorização do valor” (GUEDES, 2023, p. 7)

Por fim, podemos dizer que o fetichismo do capital é o último nível de inversão fetichista, até mesmo o capitalista se põe de joelhos diante da lógica do capital, o processo não é controlado pelo capitalista, ele não é sujeito do processo, mesmo como portador do dinheiro ele deve seguir as regras da sociedade capitalista. Para Guedes (2021, p.5) essa inversão fetichista é: “[...] a relação social mais complexa, que se põe na figura mais reificada, e que, de produto desse movimento de afirmação da própria forma mercadoria, atua então como o ponto de partida e a finalidade de todo o processo de produção”.

Segundo Marx:

[...] o capital não é uma coisa, mas uma determinada relação social de produção, que pertence a uma determinada formação histórico -social, representa -se numa coisa e confere a está um caráter especificamente social. O capital não consiste na soma dos meios de produção materiais e produzidos. Ele consiste nos meios de produção transformados em capital, meios que, em si, são tão pouco capital quanto o ouro ou a prata são, em si mesmos, dinheiro. Consiste nos meios de produção monopolizados por determinada parte da sociedade, os produtos e as condições de atividade da força de trabalho autonomizados precisamente diante dessa força de trabalho, que se personificam no capital mediante essa oposição. O capital não se resume aos produtos dos trabalhadores, produtos transformados em forças autônomas, aos produtores como dominadores e compradores daqueles que os produzem, mas também se constitui pelas forças sociais e a forma futura correlata desse trabalho que eles se contrapõem como atributos de seu produto. De modo que temos aqui, pois, uma forma social determinada, muito mística à primeira vista, de um dos fatores de um processo social de produção historicamente fabricado. (MARX, 2017, p. 1057-1058).

À vista disso, o movimento de reprodução do capital, de acordo com Guedes (2021, p. 5), é “ao mesmo tempo o movimento de generalização da forma mercadoria, de mercantização (mercantilização) das relações sociais de produção. Marx afirma, que o processo de produção se converteu no próprio processo do capital”.

Isto quer dizer que, a partir da existência do capital e de sua reprodução, mercadoria e dinheiro passam a ser produtos do capital. Deste modo, o caráter fetiche dessas relações atinge o seu nível mais alto, pois, de resultado mais complexo do desenvolvimento das relações

mercantis e monetárias, o capital passa a ser o ponto de partida e a finalidade de todas essas relações. Os movimentos mediadores se perdem de modo muito mais profundo.

7 Conclusão

Conseguimos concluir na primeira parte do projeto que, o método pelo qual Marx examina a economia difere drasticamente do dos econômicas clássicos. Enquanto estes tentam achar leis naturais que regem o modo de produção capitalista, Marx se contrapõem a isto valendo-se de sua abordagem dialética. Ele critica severamente a obra de Daniel Defoe, “Robinson Crusóé”, que foi inspiradora do pensamento burguês da economia política. Para Marx, o indivíduo da sociedade burguesa é muito mais um produto histórico do que um começo da vida social, decorrendo assim do processo de formação dessa sociedade. Sendo assim, o indivíduo não é o ponto de partida da vida social como um todo, pois ele só pode se conceber e atuar como indivíduo, desse modo, naquela sociedade em específico.

Na segunda parte conseguimos constatar como a forma mercadoria, que é o ponto de partida para a análise do capital na visão de Marx, faz parte de um mecanismo que se desdobra de várias maneiras para explicarmos a teoria do valor em Marx. Concluimos também que o que forma a mercadoria é um duplo, uma realidade sensível suprassensível na visão de Marx, pois resulta de um trabalho ao mesmo tempo concreto e abstrato. Desse desdobramento da forma mercadoria chegamos ao desenvolvimento da forma dinheiro, que atua como uma mercadoria universal. Concluimos que o dinheiro oculta as relações sociais que compõem o valor de uma mercadoria e parece ser por si só o próprio valor. Por fim, na parte dois, tratamos da forma capital, cuja sínteses é ser valor que se valoriza a si mesmo. Na dinâmica de reprodução do capital, é aquilo que, através do consumo da força de trabalho, cria valor e mais-valor e assim se autovaloriza. A fórmula sintética do processo mostra o dinheiro aparecendo no final como mais capital: $D - M - D'$.

Por último, na parte três do projeto tratamos do caráter fetiche das formas mencionadas até então, algo que já estava latente na exposição, mas que precisava ser explicitado e devidamente conceituado. Pudemos concluir que elas se revelam como relações sociais coisificadas (que têm a forma de coisas), mas ainda assim como relações sociais – e que assim elas configuram um modo de produção da vida material, com características muito singulares. Fechamos então o ciclo da nossa pesquisa, concluindo que o fetiche do capital corresponde à subordinação de todo o processo de produção da vida material a ele, e a partir de então mesmora mercadoria e o dinheiro passam a ser produtos do próprio capital.

8 Referências:

A MERCADORIA | O CAPITAL DE MARX: Livro I: Cap. 1. Belo Horizonte: Gustavo H. L. Machado, 26 de ago. 2019. 1 vídeo (2h36min). Publicado por Orientação Marxista. Disponível em: https://youtu.be/1_FtWE_Os4s. Acesso em: 03 de mar. 2022.

AUGUSTO, André Guimarães. **Marx e as “robinsonadas” da Economia Política.** Nova Economia, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p.301-327, 2016.

BENOIT, A. H. R. **Sobre a crítica (dialética) de O Capital.** Revista Crítica Marxista, Editora Brasiliense, v. n 3, p. 14-44, 1996.

GRESPLAN, Jorge. **Marx: uma introdução.** São Paulo: Boitempo, 2021.

GRESPLAN, Jorge. **O negativo do Capital o conceito de crise na crítica de Marx à Economia Política.** 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GUEDES, Édil Carvalho. **A Economia como Sistema da Representação em Karl Marx.** 2009. Tese (doutorado) – Curso de filosofia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

GUEDES, Édil Carvalho. **HPE - Esquemas de aula (Karl Marx) - Parte II (versão 2023).** Notas de aula. In: Belo Horizonte – MG. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2023.

GUEDES, Édil Carvalho. **KARL MARX (1818-1883) – O CAPITAL - CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA – PARTE I.** Notas de aula. In: Belo Horizonte – MG. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2021b.

GUEDES, Édil Carvalho. **KARL MARX (1818-1883) – O CAPITAL - CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA – PARTE II.** Notas de aula. In: Belo Horizonte – MG. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2021b.

GUEDES, Édil Carvalho. **NOTAS SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO E SUA DUPLA SUBSUNÇÃO NO CAPITAL**. Síntese, Belo Horizonte, v. 46, n. 146, p. 611-629, set./dez., 2019.

Karl Marx Introdução [à Crítica da Economia Política] - Videoaula II. Belo Horizonte: Édil Guedes, 19 de jun. 2021a. 1 vídeo (54min). Publicado por Édil Guedes. Disponível em: <https://youtu.be/0JNJqxKWVvE>. Acesso em: 15 de jan. 2022.

Karl Marx Introdução [à Crítica da Economia Política] - Videoaula III. Belo Horizonte: Édil Guedes, 19 de jun. 2021a. 1 vídeo (59min). Publicado por Édil Guedes. Disponível em: <https://youtu.be/mAbPG7qItMM>. Acesso em: 15 de jan. 2022.

MACHADO, Gustavo. **O papel da história no modo de exposição de O capital de Marx**. Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, Rio das Ostras - RJ, v. 24, n. 1, p. 238-269, 2018.

MAIS-VALIA ABSOLUTA | O CAPITAL DE MARX: Livro I: Caps. 5-9. Belo Horizonte: Gustavo H. L. Machado, 22 de abr. de 2020. 1 vídeo (2h40min). Publicado por Orientação Marxista. Disponível em: <https://youtu.be/iu3wFpgz4Bc>. Acesso em: 03 de abr. 2023.

Marx, Karl. **A Mercadoria**. Apresentado e comentado por Jorge Grespan São Paulo: Ática, 2006.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Grundrisse** [recurso eletrônico]: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital – Livro III** [recurso eletrônico]: O processo global da produção capitalista. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O Capital** [recurso eletrônico]: crítica da economia política. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974

O CAPITAL | O CAPITAL DE MARX: Livro I: Cap. 4. Belo Horizonte: Gustavo H. L. Machado, 7 de dez. 2019. 1 vídeo (2h14min). Publicado por Orientação Marxista. Disponível em: <https://youtu.be/KHiMps76FoQ>. Acesso em: 14 de mar. 2022.

O DINHEIRO | O CAPITAL DE MARX: Livro I: Cap. 2 e 3. Belo Horizonte: Gustavo H. L. Machado, 30 de set. 2019. 1 vídeo (2h06min). Publicado por Orientação Marxista. Disponível em: <https://youtu.be/J77f9M5WK4o>. Acesso em: 09 de mar. 2022.

OLIVEIRA, José Silvio. **O MÉTODO DA ECONOMIA POLÍTICA** - Breves considerações sobre o método dialético materialista de Karl Marx. Itinerarius Reflectionis, Jataí-GO, v. 2, n. 13, 2012.

OLIVEIRA, Júlio Ferreira de. Formação e significado do dinheiro em Marx. **Cadernos de economia**. Belo Horizonte, v.1, n. 1, p. 37-47, dezembro, 1989.

PAULA, João Antônio (org.). **O ensaio geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

RUBIN, Isaak. **A Teoria Marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

STECKNER, Anne. et al. **Mais Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016